

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL - PROFAGROEC

ROSIANY MARIA DA SILVA

**MULHERES DOS QUILOMBOS JOÃO SURÁ E CÓRREGO DAS
MOÇAS: SABERES TRADICIONAIS & PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS**

MARINGÁ - PR

2019

ROSIANY MARIA DA SILVA

**MULHERES DOS QUILOMBOS JOÃO SURÁ E CÓRREGO DAS
MOÇAS: SABERES TRADICIONAIS E PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Ciências Agrárias, área de concentração: Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha

MARINGÁ - PR

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586m	<p>Silva, Rosiany Maria da</p> <p>Mulheres dos quilombos João Surá e Córrego das Moças : saberes tradicionais e práticas agroecológica / Rosiany Maria da Silva. – Maringá, PR, 2019. 123 f.: il. color., figs., tabs., maps.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha. Coorientador: Prof. Dr. José Ozinaldo Alves de Sena. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional, 2019.</p> <p>1. Quilombo - João Surá. 2. Quilombo - Córrego das Moças. 3. Agroecologia. 4. Mulheres quilombolas. 5. Sementes - manejo. I. Rocha, Alessandro Santos da, orient. II. Sena, José Ozinaldo Alves de, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional. IV. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 305.633</p>
-------	--

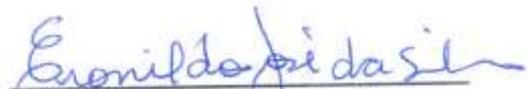
ROSIANY MARIA DA SILVA

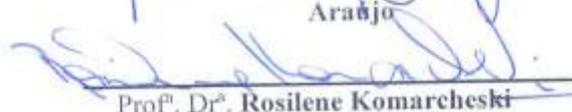
Mulheres do Quilombo João Surá e Córrego das Moças: saberes tradicionais e práticas agroecológicas

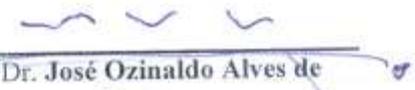
Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de mestre.

APROVADA em 27 de abril de 2019.


Prof.^a. Dr.^a. **Maria Conceição de Araújo**


Prof. Dr. **Eronildo José da Silva**


Prof.^a. Dr.^a. **Rosilene Komarcheski**


Prof. Dr. **José Ozinaldo Alves de Sena**
(Coorientador)


Prof. Dr. **Alessandro Santos da Rocha**
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A ideia desta pesquisa nasceu de um desejo “adormecido” de ingressar num programa de mestrado com um tema que me envolvesse, de fato, e contribuísse para o meu crescimento enquanto mulher e militante das causas sociais, de gênero e racial. Depois de algumas tentativas abortadas, nas quais a estrutura acadêmica exclui quem não estiver totalmente pronto/a para mergulhar no “magnífico universo de poder e de imparcialidade científicos”, consegui chegar até aqui.

Ao longo da vida acadêmica e apesar de estar em alguns momentos, inteiramente imersa neste espaço, seja por atuar em projetos profissionais, como a Incubadora de Cooperativas de Economia Solidária- Unitrabalho/UEM ou grupos de estudos, como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB), pude perceber e, finalmente, constatar que pesquisadores/as pobres, negros/as e ainda militantes de movimentos sociais têm que travar uma luta incomum e sem credibilidade para ingressar neste “seleto” mundo. E, após outra tentativa frustrada na minha área de graduação, nas Ciências Sociais e, por já estar envolvida com um projeto de organização de uma cooperativa de produtores e consumidores de produtos orgânicos, recebi um convite carinhoso e parceiro do coordenador do Mestrado Profissional e Interdisciplinar de Agroecologia, o “acolhedor de sonhos”, Professor José Ozinaldo Sena; que não só abraçou a minha ideia de pesquisar mulheres quilombolas, mas também me ajudou a encontrar um caminho de diálogo entre o desejo, o aprendizado e a pesquisa.

Nesse percurso, fui apresentada ao meu orientador, Professor Alessandro da Rocha Santos que, além de demonstrar coragem e respeito ao abraçar essa aventura comigo, trouxe outros ensinamentos sobre o caminho teórico que a pesquisa deveria tomar e, principalmente, sobre os registros que transformariam minha ideia de pesquisa numa escrita científica. Desta forma, envolvi-me num universo agrônomo que nunca imaginara. Foram muitos aprendizados nas hortas, na “fazendinha da UEM”, nas aulas e nas trocas com colegas de várias formações e experiências profissionais. Só tenho a dizer que a rotina de um Mestrado Interdisciplinar é um campo rico de trocas e aprendizados de diferentes disciplinas e formações. Aprendemos, inclusive, a reconhecer que o conhecimento que adquirimos numa área específica da graduação não significa nada se não for disponibilizado à complementaridade e à reciprocidade de outros conhecimentos que permeiam o nosso entorno.

Enfim, foram muitas conquistas. Principalmente considerando-se o período turbulento - tanto de mudanças pessoais quanto políticas que afetam, de forma devastadora, nossas vidas - em que este mestrado aconteceu na minha vida. Também não seria uma conquista chegar até a defesa dessa dissertação se não fossem as pessoas que contribuíram, de forma indescritível, para isto. Além dos professores Walter Praxedes e a Marivânia Conceição de Araújo que, não apenas contribuíram para o meu crescimento intelectual em relação às questões raciais, como também me incentivaram a prosseguir no caminho da Pós-Graduação. Sem esquecer da mestra Eliane Oliveira, amiga e colaboradora, dedicada nos últimos momentos desesperadores das correções deste texto.

Cito, ainda, de forma muito especial, meu ex companheiro e eterno amigo, Edson Leonardo Pilatti, com quem dividi as viagens ao Quilombo, as horas: de pesquisa, de organização do texto, das angústias escritas e das não-escritas, das dificuldades de ser mestranda estando desempregada e ter que encontrar um tempo para estudar, se inspirar, se concentrar, escrever e, de resto, sobreviver. Agradeço também, de forma particular, a Leila Sena, secretária do Mestrado, que ouviu, atentamente, todas as minhas lamúrias e justificativas do “não conseguir fazer” e, pacientemente, mesmo sem perceber, me fortaleceu e, sobretudo, por me entender como mulher, me animando a seguir em frente.

Poderia escrever aqui, pelo menos, umas duas laudas para citar pessoas tão especiais que contribuíram e me animaram a finalizar este processo. Ao Professor José Walter Pedrosa, meu co-orientador, que “viu flores” e muito contribuiu para o rumo agroecológico da minha pesquisa. Ao Ivair, funcionário da “Fazendinha” da UEM, que foi essencial para a atuação de uma socióloga num laboratório de análises de sementes; ao amigo Donizete que também me transportou e me apoiou, neste período de dois anos e alguns meses de pesquisa. E a tantos outros, não menos importantes. E, sem dúvida, sou grata a minha família (mesmo longe) e meus amigos e amigas que acompanharam e deram ânimo nos momentos angustiantes desta minha fase.

Finalmente, não poderia deixar de citar o que até parece “clichê”, porém, sem “ELAS” eu não estaria aqui, neste momento final da pesquisa: as Mulheres Quilombolas que cederam seu tempo, abriram suas casas e me confiaram suas histórias de vida, seus saberes e suas particularidades, tornando a minha conquista imensurável, com a concretização do objetivo maior deste trabalho, que é a visibilidade e a perpetuação destes saberes que são delas, para que sejam, legitimamente, reconhecidos e valorizados pela Academia, pela Ciência e por todos/as envolvidos neste processo.

ELLAS LLEVAN LA VIDA EN EL PELO.

1711, Paramaribo

Por mucho negro que crucifiquen o cuelguen (...), son incesantes las fugas desde las cuatrocientas plantaciones de la costa de Surinam. Selva adentro, un león negro flamea en la bandera amarilla de los cimarrones. A falta de balas, las armas disparan piedritas o botones de hueso.; pero la espesura impenetrable es la mejor aliada contra los colonos holandeses. Antes de escapar, las esclavas roban granos de arroz y de maíz, pepitas de trigo, frijoles y semillas de calabazas. Sus enormes cabelleras hacen de graneros. Cuando llegan a los refugios abiertos en la jungla sacuden sus cabezas y fecundan, así, la tierra libre.

Eduardo Galeano: Memoria del fuego II.

RESUMO

Era fundamental iniciar esta pesquisa com uma apresentação e análise do período colonial e do processo de escravidão, baseando esta apreciação na obra de Gilberto Freyre e sua teoria da “Democracia Racial” no Brasil, por entendermos que este pensamento está consolidado, ainda nos dias atuais e no senso comum do povo brasileiro, expressa nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. E, em contraponto a esta teoria, examinamos alguns estudiosos que afirmaram o quanto esta teoria foi nociva para o povo escravizado naqueles tempos e, com a perpetuação deste pensamento, até os dias atuais, persiste, corroborada e imposta ao cotidiano das pessoas negras, a exclusão e discriminação sociais e a invisibilidade cultural. Neste contexto, pode-se dizer que as mulheres negras e quilombolas são as maiores vítimas deste confinamento social. Destacamos, historicamente, o conceito do termo *Quilombo*, dentro da história do Brasil, perpassando pelo entendimento e organização social deste conceito na história do Paraná. Apresentamos as comunidades quilombolas, constituídas como uma forma de organização comunitária secular, para além do lugar de resistência. E, apesar do isolamento, não estão estas comunidades imunes à reprodução dos padrões culturais excludentes, sexistas e segregadores herdados da sociedade colonialista e perpetuados na sociedade capitalista. Os *Quilombos João Surá e Córrego das Moças*, situados na Microrregião de Cerro Azul, no município de Adrianópolis – PR, carregam, em seus limites, uma história de mais de 200 anos, ocupando uma pequena faixa em um território marcado pela exploração agrícola e extrativista. Ali, possui grandes extensões de monoculturas e práticas do uso de agroquímicos como forma de aumento da produtividade, causando impactos socioeconômicos e ambientais de grandes proporções. O objetivo geral da presente pesquisa foi o de analisar o papel desempenhado pelas mulheres do *Quilombo João Surá e Córrego das Moças* no cultivo de alimentos, a relação das práticas por elas utilizadas, com a preservação de saberes tradicionais (cultura e história imaterial) aplicados à utilização de técnicas e práticas de manejo, no contexto da produção agroecológica. Persistindo, resistindo e reinventando a velha forma de fazer agricultura, apoiando-se numa relação de conhecimento, interação e respeito ao meio ambiente, garantiram, ao longo de centenas de anos, o cultivo de forma que atendesse às necessidades de uma relação interdependente, ser humano e natureza. Produzindo uma alimentação mais saudável para as próprias famílias e a comunidade, livre de agrotóxicos e sem grandes preocupações com excedente e acúmulo, contribuindo para a vivência social harmoniosa entre os elementos da comunidade, promovendo trocas coletivas e apoio mútuos, além do aproveitamento dos recursos naturais com responsabilidade com a preservação para o benefício das próximas gerações.

Palavras-chave: Quilombos. Mulheres quilombolas. Saberes tradicionais. Práticas agroecológicas.

ABSTRACT

It was fundamental to begin this research with a presentation and analysis of the colonial period and the slavery process, basing this appreciation on the work of Gilberto Freyre and his theory of "Racial Democracy" in Brazil, because we understand that this thinking is still consolidated today common sense of the Brazilian people, expressed in social, political, economic and cultural relations. And in counterpoint to this theory we examined some scholars who affirmed how this theory was harmful to the enslaved people in those times and with the perpetuation of this thought until the present day. Corroborating and imposing on the daily life of black people to social exclusion and discrimination and cultural invisibility. Black women and quilombolas being one of the main victims of this social confinement. We highlight historically the concept of the term quilombo, within the history of Brazil, permeating the understanding and social organization of this concept in the history of Paraná. We present the quilombola communities, constituted as a form of secular community organization beyond the place of resistance. And that despite isolation, it is not immune to the reproduction of the exclusionary, sexist cultural norms and segregators inherited from colonialist society and perpetuated in capitalist society. The Quilombos João Surá and Córrego das Moças in the Micro Region of Cerro Azul, in the municipality of Adrianópolis - PR, carry in their limits a history of more than 200 years, occupying a small strip in a territory marked by the agricultural and extractive exploitation, where it possesses large extensions of monocultures and practice of the use of agrochemicals as a way of increasing productivity, causing socioeconomic and environmental impacts to a large extent. However, the research aimed to analyze the role of women in the quilombo João Surá and Córrego das Moças, in the cultivation of food and the relation of this practice to the preservation of traditional knowledge (culture and intangible history) applied to the use of management techniques and practices in the In the context of agro-ecological production, they have persisted, resisted and reinvented the old way of farming, based on a relationship of knowledge, interaction and respect for the environment, guaranteed for hundreds of years the cultivation in a way that needs of an interdependent relationship between humans and nature, a healthier and family feeding, community-free, pesticide-free, without major concerns about surplus and accumulation, social welfare between the community in a harmonious way, collective exchanges and support and the use of natural resources with responsibility for preservation for the enjoyment of future generations.

Key Words: Quilombos. quilombola women. traditional knowledge. agroecological practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	14
1.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL	14
1.2 Quilombos no Brasil	19
1.3 Os Quilombos no Paraná	26
CAPÍTULO 2	38
2.1 Quilombos E Sua Importância No Debate Agroecológico.....	38
2.2 As Especificidades Dos Quilombos João Surá E Córrego Das Moças	42
CAPÍTULO 3	49
3.1 As Mulheres nos Quilombos	49
3.1.1 A Mulher Na Família Quilombola	50
3.1.2 As mulheres do Quilombo <i>João Surá e Córrego das Moças</i>	53
3.1.3 Meninas	57
3.1.4 Adolescentes	58
3.1.5 Maridos	59
3.1.6 Filhos	60
3.1.7 Estudos	62
3.1.8 Saberes & Saúde	64
3.1.8.1 Saberes e práticas agrícolas	65
3.1.8.2 Aposentadoria	71
3.2 Resultados agrícolas obtidos sobre a análise da qualidade física e fisiológica das populações (sementes) observadas	75
3.2.1 Histórico da Análise das Sementes Quilombolas	75
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se origina nas minhas inquietações, surgidas a partir do contato com a área de Agroecologia. Por estar envolvida em um projeto de organização de uma cooperativa de produtores e consumidores de produtos orgânicos, percebi que a temática de gênero é também uma questão não considerada neste universo, visto que a participação das mulheres é dada na organização e no espaço de produção agrícola, porém, nos espaços de tomada de decisão e representatividade externa, o que predomina é a presença e a participação do homem.

Na busca por referências bibliográficas, encontrei direcionamentos na pesquisa de Lourival Fidélis que tratam da relação dos Quilombos com a agroecologia. E, a partir daí, busquei aprofundamento sobre os Quilombos e sua forma de produzir, percebendo que as mulheres, aparentemente, destacavam-se no processo de preservação das sementes de cultivares, em algumas comunidades quilombolas. E, desta forma, delimito meu campo de análise: mulheres quilombolas e sua forma de produção de alimentos e a relação com a agroecologia.

Os referenciais teóricos apontaram que em um dos mais antigos Quilombos registrados no Paraná, o *João Surá*, em Adrianópolis, havia a presença de mulheres que preservavam sementes há dezenas de anos. Portanto, este foi o local definido para a minha pesquisa. A partir desta definição, iniciamos o planejamento da primeira viagem de aproximação, tão logo fizemos a solicitação de permissão para a pesquisa junto às Mulheres do Quilombo *João Surá*.

Durante a viagem com destino ao *João Surá*, ainda em Curitiba, fui recebida pelo Sr. Hans, o agrônomo da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), uma associação de produtores (as) de orgânicos do Paraná, que me atendeu ainda em Curitiba e me levou até aos Quilombos, no Vale do Ribeira. Nos dias que antecederam a viagem, o Sr. Hans me trouxe elementos importantes sobre um outro Quilombo, *Córrego das Moças* e, em especial, sobre as mulheres que participam da Associação desta comunidade e cultivam as sementes. A partir desta informação, esse Quilombo passou também a compor minha pesquisa.

O primeiro momento de contato com a população do Quilombo foi realizado por meio de diálogos com lideranças quilombolas¹, antes e durante a visita para apresentar a proposta da pesquisa. Neste momento, foi definido também o perfil das mulheres que seriam abordadas e conhecidas pela presente pesquisa: mulheres que trabalhavam e tinham experiência no plantio de alimentos naquela comunidade.

Para balizar o trabalho que seria realizado, partimos dos seguintes objetivos para a pesquisa:

Objetivo Geral:

- ▶ Identificar o papel desempenhado pelas mulheres na preservação de saberes tradicionais aplicados na produção agrícola e na cultura alimentar e a sua relação com as práticas agroecológicas, nas comunidades quilombolas de *João Surá* e *Córrego das Moças*, em Adrianópolis – PR, no Vale do Ribeira.

Objetivos Específicos:

- ▶ Apresentar a concepção histórica do termo “Quilombo”, perfazendo desde o período da colonização até os dias atuais.
- ▶ Averiguar o trabalho de mulheres quilombolas no cultivo e preparo dos alimentos;
- ▶ Caracterizar a organização do trabalho interno no Quilombo, observando as questões de gênero;
- ▶ Investigar qual a relação entre a prática tradicional de cultivo agrícola e a sobrevivência desta comunidade;
- ▶ Estabelecer pontos e correlações entre a agricultura tradicional quilombola e a Agroecologia, a partir da visão das mulheres quilombolas.

Após o aceite, foi realizada a visita preliminar para observações do cotidiano e aplicação das entrevistas para as mulheres que foram indicadas no primeiro contato ou por ocasião da segunda visita. Estas visitas foram realizadas em períodos curtos. A primeira imersão no mês de fevereiro de 2018, e a segunda, no mês de janeiro de 2019, sendo cada uma delas de 3 a 4 dias. As entrevistas foram gravadas em áudio ou com audiovisual. No segundo momento, foram transcritas e incluídas no texto da pesquisa. Durante a segunda

¹Nos referimos a mulheres e jovens que foram apontados por pessoas externas ou próprios quilombolas como referência, por ter participação em atividades externas e urbanas, como associações de produtores orgânicos, cursos e feiras ou ainda, por estarem cursando a graduação e ter a experiência em receber pesquisadores.

visita, também foram coletadas, junto às entrevistadas, as sementes que havia à disposição ou as disponibilizadas para a pesquisa.

A escolha do método etnográfico não foi por acaso e sim por acreditar que seria a melhor escolha para o propósito da pesquisa, através da observação, descrição e análise da vida destas mulheres, principalmente, em relação ao cotidiano de trabalho, no plantio dos seus alimentos e, ainda, em narrativas sobre suas histórias de vida. Partindo do pressuposto de que a análise das práticas e da oralidade destas mulheres servirá para dar visibilidade e para legitimar os seus saberes, de forma descritiva e interpretativa, considerando a vasta quantidade de significados impregnados nesta realidade, entendemos que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Este conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano, sua família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais (MINAYO, 2010, p. 21).

O alicerce dessa pesquisa foi trabalhado considerando autores clássicos como Gilberto Freyre que, em sua obra, contribuiu para consolidação de conceitos como a “democracia racial”, num contexto em que a sociedade colonial escravagista estruturava as bases para o sistema capitalista. E contribuiu, inclusive, para o entendimento de como se deu a formação da sociedade brasileira, pautada na contribuição entre as raças branca, indígena e negra.

Apresenta ainda a pesquisa, pensamentos mais atuais, de outros autores, tais como Florestan Fernandes, Jacobo Gorender e Emílio Gennari, Kabemgele Munanga, que questionam a existência de uma suposta “democracia racial”, no Brasil, e estabelecem vários elementos importantes que sustentam mais que uma ideia, um posicionamento ativo no mundo acadêmico e fora dele. Reflexões que fazem uma outra leitura do período da colonização e de como a mesma contribuiu para a consolidação da inviabilidade da herança africana e dos impactos desta na formação da população, na distribuição de riquezas, na cultura e na forma de vida do povo brasileiro.

Analisando o conceito de agroecologia à luz de autores como Caporal (2006) e Altieri (2002), que a consideram uma nova prática de concepção na forma de produzir alimentos, que leva em conta as especificidades socioculturais das pessoas envolvidas nesta produção e a obrigação de ajuste aos diversos agrossistemas, tentamos fazer um paralelo entre esta visão do mundo produtivo e agrícola e as antigas e simples formas de produção de

alimentos neste espaço-tempo que é o “Quilombo”, visando evidenciar qual o papel das mulheres quilombolas, neste processo histórico de sua existência.

As especificidades dos Quilombos destacados nesta pesquisa, considerando o seu contexto social, econômico e político, aparecem no segundo capítulo, no qual se buscou relacioná-los na conjuntura histórica e política do Estado do Paraná. Com esta abordagem, tentamos compreender como a atuação do Estado contribuiu para a invisibilidade destas comunidades e o impacto causado para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade e na qualidade de vida das mulheres quilombolas.

Buscando aprofundar as relações de raça e gênero que norteiam a temática dessa pesquisa, no terceiro capítulo, utilizamos como referenciais teóricos, os trabalhos de Sueli Carneiro (1995) e Ecléa Bosi (1979), com a finalidade identificar o papel relegado às mulheres, especificamente, às mulheres negras e quilombolas, no entendimento da sociedade brasileira, através da apresentação de dados e de conceitos que interpretam como foi construída histórica e socialmente esta identificação. E, ainda, como este lugar social que foi imposto às mulheres negras tem corroborado a negação da sua grande contribuição enquanto guardiãs do conhecimento, reprodutoras de saberes ancestrais e, ainda, como a forma de atuar, de compreender e viver destas mulheres garantem a sua própria existência e resistência das suas comunidades.

Para realizar e entender a dimensão das práticas aplicadas por estas mulheres, como a utilização de sementes guardadas há várias décadas para o plantio de alimentos voltados à manutenção de suas famílias e comunidade e a eficiência desta prática na viabilização da sobrevivência e condições de alimentação destas comunidades, foi realizada uma análise de amostras das sementes que estavam em poder destas mulheres, há mais de 60 anos.

Sendo que os métodos estatísticos e a “Matriz de Correlação”² aplicados na Teoria de *Effect Size*, foi oferecido e acompanhado pelo Professor José Walter Pedroza e desenvolvido no laboratório de sementes da Fazenda Experimental da Universidade Estadual de Maringá. Portanto, esta pesquisa pretende estabelecer a relação das práticas ancestrais das mulheres quilombolas na preservação e cultivo de alimentos com a agroecologia e, além disto, visa a visibilidade destas vozes e legitimidade acadêmica a este grupo e seus saberes, que se encontram à margem do conhecimento institucionalizado.

² Esta teoria será melhor desenvolvida no capítulo 3, subitem 3.2 Resultados agrícolas obtidos sobre a análise da qualidade física e fisiológica das populações (sementes) observadas.

CAPÍTULO 1

1.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Os estudos do período escravocrata na recente história da formação da sociedade brasileira e a pesquisa nos espaços que mantêm características tradicionais em comunidades nas distintas localidades, já são objetos de estudo de inúmeros autores. Vastos trabalhos técnicos e científicos encontram-se disponíveis, a partir da análise dos registros históricos e aprofundam-se em diversas áreas do conhecimento.

Para uma apreciação de estudos relacionados com a situação dos negros no Brasil teríamos de recuar, no mínimo, até o século XIX e meados do século XX. Assim, talvez, conseguiríamos evidenciar, com maior propriedade, a influência do darwinismo social³, da eugenia⁴ e do racismo "científico"⁵ nas principais ideias de alguns intelectuais brasileiros⁶, que foram responsáveis pela introdução da “justificativa científica do preconceito racial e social no Brasil”.

³ Difundira-se no século XIX e XX interpretações que utilizavam a Teoria da Seleção Natural de Robert Charles Darwin (1809-1882) como instrumento de análise do meio social. Ideologias racistas e preconceituosas estas que visavam explicar e legitimar, de maneira determinista e reducionista, a desigualdade em um sistema capitalista que alega ter a igualdade como sua palavra-de-ordem. As ideias difundidas pelo Darwinismo social acreditam que as sociedades evoluem naturalmente de um estágio inferior para os estágios superiores e mais complexos de organização social. Assim, povos ditos civilizados (os europeus) têm o dever de ocupar, dominar e explorar as culturas “mais atrasadas”, a fim de levar-lhes desenvolvimento, progresso, avanços tecnológicos e permitir-lhes que alcancem os estágios superiores de civilização. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/darwinismo-social-racismo-e-dominacao-uma-visao-geral/>>; Acesso em 04 de Março de 2019

⁴ Eugenia é um termo que veio do grego e significa ‘bem-nascido’. “A eugenia surgiu para validar a segregação hierárquica”, explica a pesquisadora Pietra Diwan, autora do livro “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo”. Com status de disciplina científica, a eugenia pretendeu implantar um método de seleção humana baseado em premissas biológicas. E isso através da ciência que sempre se dizia neutra e analítica. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>>; Acesso em 04 de Março de 2019.

⁵ O racismo científico empregou conceitos da antropologia, antropometria (medições do corpo humano para fazer inferências), a craniometria (medições dos crânios) e outras “disciplinas” para propor tipologias antropológicas que apoiam a hierarquização de populações humanas em raças fisicamente distintas, com origens distintas e consequentemente fundamentar segregações sociológicas superiores ou inferiores. Disponível em:< <https://netnature.wordpress.com/2018/06/20/o-racismo-cientifico-foi-realmente-cientifico/>>; Acesso em 04 de Março de 2019.

⁶ Para saber mais a respeito, consultar as obras dos abolicionistas: Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio e Luiz Gama, e aos cientistas médicos-antropólogos tais como Nina Rodrigues, J. B. Lacerda e de cientistas-políticos como Silvio Romero, entre outros.

Nas diversas abordagens, destacam-se teorias sociológicas dedicadas a explicar o racismo como um fenômeno enraizado em ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideias que atribuem uma inferioridade natural a determinados grupos com origens específicas. Durante toda a história da humanidade, autores elaboraram referências teóricas e científicas para abordar e explicar as diferenças humanas. Uma definição do conceito de raças, a partir de teses evolucionistas, ideias positivistas e ideários biologizantes.

Essas teorias concretaram um caminho de componentes teóricos e práticos que, numa ação integrada, contribuíram para a desconstrução das identidades das culturas tradicionais. Destacam-se os aspectos econômicos, políticos e sociológicos que são a base para uma investigação mais aprofundada e para a análise dos padrões de comportamento em nossa sociedade. “[...] A maior miscigenação e a maior visibilidade do *negro* e do *mulato* em condições de suposta tolerância humana *ideal*, não se associam às condições estruturais significativas na estratificação social (e, portanto, na estratificação racial)” (FERNANDES, 1972, p. 9 -10, grifos do autor).

No entanto, a partir dos anos de 1930, esse debate assumiu características específicas. Para melhor fundamentar a nossa pesquisa sobre a escravidão no Brasil, fez-se uma opção de aprofundar a análise a partir de 1933, com base na publicação *Casa-grande & Senzala*, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que fundamentou a elaboração do “mito da democracia racial” para caracterizar a formação da identidade do povo brasileiro, ao contrário do pensamento existente até então. Freyre defendia a ideia de que, na convivência “harmoniosa” das raças, o país haveria eliminado os conflitos raciais.

Segundo Freyre, o processo de colonização por objetivos econômicos, trouxe aspectos positivos sobre a “aculturação” dos portugueses que tinham facilidade de receptividade e aceitação e, por isso, se estabeleceu em alguns setores das atividades laborais, uma convivência “harmoniosa” com os nativos da terra: tanto os indígenas, quanto os escravizados trazidos para o Brasil.

Freyre definia como positiva a “mestiçagem” e o que constitui e é considerado por muitos, até os dias de hoje, aspecto garantidor do equilíbrio dos antagonismos presentes e um dos elementos principais da formação do povo brasileiro. Uma mestiçagem que se define em várias tonalidades de pele. Esta miscigenação que teria se

dado no âmbito da cultura, portanto, não restrita à sua aplicação à biologia, mas também relacionando-a ao conceito de democracia. Para o autor, o:

Intercurso sexual de brancos dos melhores estoques – inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma, dos elementos mais seletos e eugênicos na formação brasileira – com escravas negras e mulatas foi formidável. Resultou daí grossa multidão de filhos ilegítimos – Os mulatinhos, criados, muitas vezes, com a prole legítima, dentro do liberal patriarcalismo das casas-grandes; outros a sombra dos engenhos de frades; ou então nas “rodas” de orfanatos. Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se construiu mais harmoniosamente quanto as relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado” (FREYRE, 1987, p. 91; 442-443).

No entanto, para Freyre, a população negra carregava características muito próprias como um comportamento “libidinoso” “preguiçoso” e “malandro” herdado do povo africano, numa fusão de vocabulários, de crenças e nas representações de poder (FREYRE, 1985). A partir da Casa Grande, local onde se estabelecia a convivência e a integração entre população negra escravizada e senhores, tendo como base a família, o autor afirma que, alguns dos conflitos acabam por ser impedidos, estabelecendo-se uma convivência relativamente harmoniosa entre as raças, uma vez que os africanos e indígenas estabelecem, ao longo dos tempos, uma “aproximação” com os seus senhores originando daí a base da formação da cultura brasileira e o seu sentido de nação. De acordo com Gilberto Freyre:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *paterfamílias*, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 1930, p. 16).

A obra Freyriana descreve a mestiçagem sob uma ótica biológica e simbólico-cultural, e esta é considerada por muitos anos, principalmente fora do Brasil, como uma referência para uma imagem fiel do povo brasileiro. Porém, esta leitura foi revista por outros autores, como sociólogos, antropólogos, historiadores, etc. Desta feita, a análise e versão de Gilberto Freyre foi questionada e considerada como não retratadora da

realidade colonialista, sendo omissa ao não tratar, prioritariamente, da violência do sistema em relação aos povos indígenas e africanos, ou seja, negando uma face acentuadamente perversa, deste período da história brasileira.

Um dos autores que fazem a revisão da leitura de Freyre é Emílio Gennari (2011), em seu livro: **Em busca da Liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**, permite um mergulho em um passado histórico mais próximo da realidade. A leitura de Gennari permitiu a esta pesquisa identificar vários elementos importantes, como uma nítida conexão com a realidade de preconceitos extremamente racistas que vivemos, ainda hoje, no Brasil.

Além disso, como um agravante, os estudos de Gennari afirmam que o período do escravismo praticado por Portugal, estendendo-se da África ao Brasil, não foi condenado pela Igreja. Ao contrário, ele identifica a igreja católica como um dos principais fatores que auxiliou para fundamentar uma versão mais amena da escravidão. Constata-se esta afirmação pela passagem que segue:

Enquanto aos cativos se recomenda a submissão com a promessa de um futuro glorioso nos céus, os senhores são ameaçados com os castigos divinos e terrestres (a rebelião e a sedição) caso não diminuam os maus-tratos. Ou seja, de acordo com esta lógica, a escravidão não é condenada pela igreja desde que moderada, justa, racional, rentável e equilibrada (GENNARI, 2011, p. 10).

Pelo que informa o autor, a Igreja, portanto, abençoou e justificou a escravidão pelo motivo de levar o cristianismo ao mundo. Para a Igreja, os escravos foram escolhidos por Deus para serem sacrificados e assim, levar a salvação a toda a humanidade. A leitura de Gilberto Freyre (1985) corroborou com uma versão conveniente para a elite colonialista, pensamento que também justificava o seu preconceito, afirmando, segundo Gennari, que “[...] o ato de arrancar o negro de sua terra natal era um benefício para ele próprio, como oportunidade para afastá-lo da barbárie e torná-lo civilizado” (GENNARI, 2011, p. 27).

Em suas afirmações, Gennari (2011, p. 27) continua, “[...] também lhes atribuíam à inferioridade, a uma péssima impressão de si mesmos e de suas etnias”. Destacando suas diferenças e características de fenótipo, hierarquizando pelo tom de pele, promovendo assim a destruição da cultura africana e desqualificando os seus valores. Assim,

A relação entre os negros era dificultada por essa hierarquização imposta tanto pelas questões fenóticas como pela distribuição dos serviços, pelo grau de liberdade e alforrias. Alguns escravos que *ascendiam outros postos de serviços*, por sua beleza, seus hábitos ou higiene eram mais aceitos pela elite e ao mesmo tempo distanciados do restante dos negros (GENNARI, 2011, p. 28).

Muitos negros entendiam que a perda da identidade era uma forma de obter mais “liberdade”, segurança e prestígio e, por isto, tentavam aprender línguas diferentes, mudando a forma de convívio e os vínculos com outros negros. A rivalidade entre as tribos e as distâncias geográficas de uma localidade para outra também dificultava esta relação de proximidade e vínculos entre os negros no Brasil. Como se observa,

A população negra no Brasil viveu a escravidão até a morte, outros adoeceram de depressão, tristeza pelo distanciamento da terra e da família, outros suicidaram porque acreditavam que seus espíritos voltariam para a África e outros através de algum traço cultural que mantinham ou praticavam e conseguiram se adaptar e resistir (GENNARI, 2011, p. 28).

Sem dúvida, as contribuições de Emilio Gennari foram significativas para despertar uma outra possibilidade de avaliar o período da escravidão no Brasil. O sociólogo Florestan Fernandes também contribuiu para a análise crítica da teoria de “Democracia Racial”, defendida por Freyre, afirmando inclusive que é inconcebível cientificamente, afirmar a superioridade ou inferioridade de uma “raça” na formação de uma identidade nacional brasileira, e muito menos caracterizar o negro como um colonizador.

Florestan Fernandes classificava o processo de miscigenação racial, implementado no Brasil, como um dos fenômenos que operava “[...] dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social” e que de forma alguma tinha a intenção de dar ao povo escravizado um lugar de direito e na mesma condição de igualdade dos colonizadores brancos. Em vista disto, assentimos com o autor:

Após a Abolição, sem que se manifestasse qualquer tendência ou processo de recuperação humana do negro e do mulato, esses fenômenos foram localizados à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva [...] o fato é que hoje a miscigenação não faz parte de um processo societário de integração das “raças” em condições de igualdade social (FERNANDES, 1972, p. 30).

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e o Estado brasileiro não acompanhou essa mudança. Não elaborou nem executou políticas públicas que atendessem às demandas desta densa massa da população. Pensando em geração de renda, saúde, educação, acabou imputando à própria população negra a exclusão social e, até mesmo, a submissão à forma de trabalho que, de alguma forma a escraviza e retira sua dignidade. Tal forma de atuação do Estado segue acumulando esta dívida junto aos afrodescendentes no Brasil.

1.2 QUILOMBOS NO BRASIL

Alguns intelectuais na década de 50 fizeram uma releitura do período escravista no Brasil e, dentre eles, destacam-se Florestan Fernandes, Jacob Gorender e Clóvis Moura. Tais autores se manifestaram no sentido de compreender mais o sistema escravagista brasileiro e como foi sua repercussão no processo econômico do país e nas relações sociais. Analisaram também as várias formas de protestos dos indivíduos que foram escravizados, contra o sistema escravista. Uma delas foi a criação de Quilombos, que se tornaram o lugar para reproduzir os valores, costumes e vivências trazidas por aquelas pessoas em sua bagagem cultural africana.

Se retornarmos um pouco a história para entendermos como o conceito Quilombo ficou institucionalizado, e assim entendido no senso comum, teremos algo considerado como fora do sistema vigente e, portanto, ilegal, quando, por exemplo, o Conselho Ultramarino, dirigindo-se ao rei de Portugal, em 1740, definiu o “Quilombo” como “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele (ALMEIDA, 1999, p. 43)

A partir dessa descrição, observamos por quais conceitos foram permeados estudos, obras e o senso comum durante várias décadas. Sendo muito utilizado como símbolo da resistência negra que se isolou para fazer face ao sistema escravista. Por muito tempo, os Quilombos não foram nada mais além disto. Esta definição contribuiu para a institucionalização da perseguição das pessoas negras escravizadas e fugitivas, ou seja, o governo colonial e suas províncias passaram a criar leis que garantiriam a captura dos escravos e a eliminação de qualquer tipo de resistência. Assim,

A Assembleia Provincial do Maranhão em 20 de agosto de 1847 aprova a lei nº 236, artigo 12 que diz: ‘Reputar-se-á escravo quilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento aquele que estiver em reunião de dois ou mais em casa ou rancho’ (BRASIL, 1741).

Essa ideia de Quilombo como “lugar de esconderijo do escravo”, trouxe elementos fundamentais que se consolidaram no senso comum da sociedade brasileira para que repercutisse até os dias atuais o entendimento de que o povo negro, negando a escravidão e fugindo do trabalho, se isolou em lugares longe da civilização, permanecendo isolado por vontade própria e sem a visibilidade necessária para serem atendidos pelas políticas públicas. Desta forma, “esta visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia, na verdade, a invisibilidade produzida pela história oficial, cuja ideologia, propositadamente, ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira” (GUSMÃO, 1996, *apud* SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 2).

Existem também os estudiosos que contribuíram e aprofundaram estudos com outras definições sobre o conceito “Quilombo”, como o professor e antropólogo Kabengele Munanga, que asseverou que:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos, sem distinção de filiação a qualquer linhagem”, sendo um termo originário “dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil, têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra” [...]. (MUNANGA, 1995/96, p. 58-60).

Munanga, além de se oporem ao regime escravocrata, os negros escravizados no Brasil recriaram, nos quilombos brasileiros, formas de vida dos quilombos africanos, estruturados política, social e culturalmente em bases que se contrapunham a esta opressão (MUNANGA, 1995/96, p. 63).

Já o autor Emílio Gennari, levantou várias informações, como: a forma de resistência dos negros contra a escravidão, a organização em comunidades estrategicamente protegidas, o cultivo da terra e, ainda, o aproveitamento que fizeram das matas para coletar madeira e frutos, além de caçarem e criarem animais. Apesar de alguns estudos apontarem que chegaram, aproximadamente, 4 milhões de pessoas negras que foram desembarcadas como escravizados nos portos brasileiros, o que podemos perceber com este estudo é que a vida nos Quilombos foi encoberta pela

estrutura política adotada pelos governantes do Brasil, os quais sempre tiveram a falta de informação e a falta de interesses pela história da África como aliados e componentes fundamentais para a formação da sociedade brasileira.

Por isso, é muito difícil, até os dias atuais, conhecer, com profundidade, tudo que envolve a população afro-brasileira e até mesmo saber qual o número da população negra de ancestralidade africana no Brasil. O que nos restou foi uma visão pejorativa a respeito deste povo que representa grande parte da população brasileira e sua história não é, sequer, contada no currículo escolar⁷. A população dos Quilombos era formada, tanto por negros, homens e mulheres escravizadas, quanto por indígenas e homens livres, mestiços ou brancos pobres. Houve Quilombos grandes e pequenos, alguns com milhares de pessoas, outros com algumas centenas, sendo os pequenos os mais comuns. Neles, homens e mulheres constituíam famílias, organizando uma nova forma de convivência social.

Nessas comunidades, a população produzia alimentos para sua subsistência e parte desta produção era utilizada para comercialização com outras comunidades vizinhas. Isto demonstra que os Quilombos não eram isolados, mas estabeleciam contatos com outros setores da sociedade colonial e imperial. Estes contatos comerciais criavam laços com a população livre, fortalecendo-os e enfraquecendo a sociedade escravista.

O índice da população masculina nos Quilombos era maior que a feminina. Algumas pesquisas, como os primeiros censos deste período, demonstram que esta situação originava-se, com relação aos homens e mulheres escravizados, no transporte e até mesmo no processo de fugas que colocava o africano do sexo masculino como o preferido para o trabalho escravo, por ser considerado o mais forte para qualquer tipo de trabalho braçal, mais resistente ao período de viagem nos navios negreiros e, conseqüentemente, o mais ágil para as fugas. Isto gerou uma escassez de mulheres, causando um certo desequilíbrio no crescimento da população escrava, inclusive na formação da população quilombola.

Segundo Gorender (2016), a preferência dos pequenos proprietários rurais era por escravos do sexo masculino para desenvolver a atividade agrícola, principalmente nos homens com idade entre 07 a 30 anos, porque significava maior força produtiva e

⁷ ANJOS, Rafel Sanzio Araújo. **Quilombolas**: Tradições e Culturas da Resistência- (pesq.), 2006.

mais horas de trabalho, ou seja, era conveniente retirar dos corpos escravizados o máximo do lucro que se pudesse obter. As mulheres escravizadas eram preferidas para o trabalho doméstico, como mucamas, cuidadoras das senhoras, da casa e das crianças. Todavia, participavam também de algumas tarefas agrícolas tais como a colheita do café, o beneficiamento da produção e a elaboração da farinha de mandioca.

Na Capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas, Serra da Barriga, a população quilombola, composta, principalmente, por homens, originou, nos Palmares a constituição de famílias poliândricas, ou seja, uma mulher se relacionava com vários homens. As mulheres também chefiavam os núcleos familiares, o que consistia em sua organização, coordenação e supervisão das várias atividades produtivas. Trabalho coletivo para vencer a dificuldade de alimentação: caça, pesca, fabricação de instrumentos de madeira para lavrar a terra e plantar, mineração... Plantavam milho, feijão, mandioca, batata, cana-de-açúcar, legumes e árvores frutíferas, além de criarem porcos e galinhas. A economia dos quilombos era comunitária e de subsistência. Num mesmo espaço tudo era distribuído de forma coletiva: moradias, oficinas, trabalho na terra para o sustento de todos, sendo que a produção excedente era repartida para a comunidade.

Pela vantagem mais decidida do serviço dos negros sobre o das negras, sempre o número de escravos é triplicado a respeito das escravas, coisa que perpetua o inconveniente de senão propagarem, nem se aumentarem as gerações nascentes”. Silva Lisboa, escreveu em 1781, sobre a Bahia- Citação da citação (GORONDER, 2016, p. 363).

A história nos mostra que apesar de todo o extermínio gerado nesta população escravizada, houve resistência. Entretanto, a luta pela visibilidade e busca de reconhecimento sempre permeou esta história. São 2197 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado Brasileiro e 2040 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (2019). No Brasil, um dos Quilombos mais famosos foi o do Palmares, que existiu por quase cem anos, seu líder, Zumbi dos Palmares, bastante conhecido até os dias atuais.

Ainda hoje, desconhecidas e ignoradas por grande parte da população brasileira, existem centenas de comunidades quilombolas no Brasil, como o *Quilombo dos Macacos*, na Bahia; os *Kalungas*, no norte de Goiás, e as comunidades quilombolas

de Alcântara, no Maranhão. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e, principalmente, a partir da década de 2000, houve um esforço do Estado em reconhecer a existência destas comunidades, demarcando suas terras e tentando, desta forma, manter viva a história da resistência à escravidão no Brasil.

Vários Quilombos se constituíram no período da escravidão e permanecem até hoje, por meio de algum resquício territorial e cultural. Porém, muitos outros se formaram após a abolição da escravatura, porque esta era uma forma coletiva de continuar a luta pela liberdade, de sobreviver e dar continuidade à cultura e costumes trazidos na memória africana desta população. De maneira geral, estas comunidades se originaram a partir de várias situações: aquisição de terras por meio de compra, troca por prestação de serviços, doações por meio da desintegração da lavoura com monocultura ou a partir de ordens religiosas, sendo estas denominadas “terras de preto” ou “terras de santo”. Como se observa na tabela abaixo:

Quilombo	Origem /Local/ Perfil	Forma de Organização do trabalho/social e política	Agricultura	Costumes e outras características
Palmares	Capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas, Serra da Barriga. A população era constituída principalmente por homens. Por isso, existiu em Palmares a constituição de famílias poliândricas, ou seja, uma mulher se relacionava com vários homens. As mulheres também chefiavam os núcleos familiares o que consistia em sua organização, coordenação e a supervisão das várias atividades produtivas.	Trabalho coletivo para vencer a dificuldade de alimentação: caça, pesca, fabricação de instrumentos de madeira para lavrar a terra e plantar, mineração.	Plantavam milho, feijão, mandioca, batata, cana-de-açúcar, legumes e árvores frutíferas. Também criavam porcos e galinhas.	Economia Comunitária de Autossubsistência, onde num ambiente, num espaço tudo é distribuído de forma coletiva: as moradias, as oficinas, o trabalho na terra para o sustento de todos e a produção de excedentes para a comunidade. População constituída principalmente por homens.
Quariterê	Mais ou menos 30 anos. População com mais ou menos 70 negros e 30 índios.	A liderança era exercida pela rainha Tereza de Benguela. Possuía segurança reforçada para manter sigilo sobre a localização, além disso, era visto muitos idosos no comando e havia cuidados com doentes e orientações religiosas.	Destacaram a plantação de fumo e algodão	Em 7 de outubro de 1795 os moradores do Quilombo são aprisionados se tornam-se súditos da coroa, recebendo “benefícios” tais como: sementes, ferramentas e mantimentos e pequenos animais de criação. E

				funda-se no local a Aldeia Carlota em homenagem à Princesa
Sepotuba	1863- Rio Manso – Localizado na cabeceira do Rio Manso próximo à Chapada dos Guimarães. Com mais de 100 anos. E em 1865 a 1870 recebe um grande número de fugitivos do recrutamento obrigatório da guerra do Paraguai o que aumenta a sua população interna nesta época	Em 1868, possuía 293 moradores, com 260 sendo homens maiores de 16 anos e bem armados. Com disciplina rígida, solidários e com compromisso coletivo do uso dos bens e materiais de sobrevivência e coragem para enfrentamento da ordem escravagista		

A população escravizada que foi “liberta”, em sua maioria, não teve acesso à posse da terra, porque foi excluída da Lei de Terras do Brasil, de 1850, que não considerou os negros libertos como cidadãos brasileiros e, conseqüentemente, os expulsou da terra que ocupavam.

A lei de terra de 1850 (nº 601): Quase todo o litoral brasileiro era povoado por Quilombos, quando estes começaram a se desenvolver criaram a lei de terras, dizendo que as terras só poderiam ser garantidas por títulos de compra, assim dificultando o desenvolvimento da população negra, porque a terra nesse período era um meio de se produzir riquezas e assim constituir uma classe média negra, coisa que a população branca não queria porque o Brasil passava, naquele momento, por um processo de branqueamento (LEAFRO, 2000, *apud* SANTOS, 2003 p. 4).

Atualmente, temos a presença de comunidades quilombolas em Estados como Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco, dentre outros. Embora, em Estados como o Acre, Roraima e no Distrito Federal não tenha sido registrada a presença de comunidades quilombolas, outros registros apontam que estas comunidades estão presentes em 24 estados da federação.

A partir da luta do movimento negro, várias conquistas de cunho legal foram registradas na história brasileira. Uma destas conquistas foi a criação do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, em memória de Zumbi dos Palmares, considerado

herói na luta pela libertação do povo negro escravizado. Como conquista na área de Educação, a criação da Lei 10.639/2013, que trata da inclusão no calendário escolar para comemoração e discussão da disciplina: “A história, a Cultura e a Valoração dos Africanos e Afro-brasileiros” em todas as redes de ensino. E, ainda, a Lei 12.711/2012 que trata do ingresso das pessoas negras em cursos superiores, com a criação de cotas raciais.

Esse movimento de resistência que sempre existiu, de alguma forma, emerge com maior visibilidade na década de 80, com o movimento negro que se organiza a partir da necessidade de lutar pelos direitos e dar visibilidade à população afro-brasileira, tendo como influência o movimento de direitos civis, na década de 60, nos EUA e a luta contra a segregação racial na África. E a partir desta organização, algumas conquistas foram importantes, incluindo a criação de um marco legal que engloba várias ações e orientações para a implementação efetiva das políticas públicas que minimize o impacto da desigualdade histórica que recai sobre a população negra, no país.

A partir daí, surge a necessidade de regulamentação do Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que redefine o conceito de Quilombo, o seu direito de acesso à terra e as responsabilidades de cada órgão público pela implementação dessa lei. A identidade social e étnica e o tempo de ocupação da terra passam a ser elementos fundamentais para a conquista definitiva da terra já ocupada.

Art. 001º - Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 068

Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 002º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 001º - Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 002º - São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

Outra conquista importante foi em 2013: a institucionalização de um espaço para o desenvolvimento da Política Pública de Promoção da Igualdade Racial, através da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o plano que orienta o desdobramento desta política em níveis estadual e municipal em todo país. Soma-se a isto o fato de que o:

Programa Brasil Quilombola 1 foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue: Eixo 1: Acesso À Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. (BRASIL, 2007).

O marco legal criado a partir das lutas da sociedade civil organizada foi importante para tornar visível, teoricamente, a população remanescente deste período da escravidão e possibilitar a execução de políticas públicas que atendessem a esta lacuna temporal de inexistência de reconhecimento. Porém, ainda não existe a efetividade desta legislação na prática. A forma dos governantes e da sociedade brasileira atuarem diante da política de igualdade racial no Brasil, está distante de abolir centenas de anos de omissão estatal, neste sentido.

1.3 OS QUILOMBOS NO PARANÁ

Com a Emancipação do Paraná, em 1853, suas elites buscaram definir as características simbólicas da nova Província. Intelectuais e artistas plásticos abastados elaboraram modelos artísticos que desenvolveram a noção de Paranismo, movimento que ganha força no final dos anos 1920. O Paranismo emergiu no Paraná a partir de um movimento intelectual, político e artístico, que objetivava construir uma narrativa – mediante escritos históricos e objetos artísticos, produção cultural – de uma identidade do ser paranaense, buscando uma integração identitária, homogeneizante, que não valorizava as experiências dos mais distintos povos, com costumes e línguas diferenciadas que habitavam o território.

O jornalista Alfredo Romário Martins é considerado o principal líder deste movimento. Em seu livro **História do Paraná**, de 1899, ele exalta a miscigenação entre

indígenas e portugueses, excluindo a contribuição da população negra na formação do estado paranaense. O livro de Martins se tornou a referência da história oficial do estado. Em mensagem do movimento, enviada ao Dr. Affonso Camargo, Martins evidencia a presença dos povos europeus na constituição de um novo perfil do estado paranaense:

A Capital do Paraná, originária de povoadores portugueses, hespanhóes, índios e negros e seus mestiços e descendentes, até 1825 tinha realmente os característicos das demais cidades do sul do paiz. Dahi em diante, porém, entraram a constitui-a (sic) e a lhe encaminhar o progresso e a civilização, allemães e austríacos, depois franceses argelinos, suissos alemães, húngaros, belgas, suécos, irlandeses, holandeses, russos, dinamarqueses, italianos, polacos, syrios, etc., realizando esse typo de cidade que ahi está, cujos característicos não se ajustam em conjunto, mas se agrupam em núcleos distintos segundo as suas correspondentes cepas ancestraes. (MARTINS, *apud* DANIEL, 2016, p. 12-13).

Na prática, o Paranismo não considerava a população negra como cidadã, sendo assim, era natural o não reconhecimento das autoridades municipais quanto à participação destes no processo de formação da cidade. Pode-se afirmar, portanto, que o Paranismo é, e se caracteriza como um projeto político forjado para a completa invisibilização da população negra no Paraná (CAMARGO, 2007).

Nesse contexto, é possível dizer que, no Paraná, a história dos Quilombos e a presença do povo negro escravizado ganha contornos específicos, recebendo a influência do Paranismo de forma decisiva, na medida em que o movimento valorizava a miscigenação dos povos, porém não corroborava com o “mito da democracia racial” presente na interpretação da obra de Gilberto Freyre, que se tornou a principal referência para pensar uma identidade brasileira. No livro **Casa Grande & Senzala**, Freyre defende uma relação harmoniosa entre negros e portugueses. Porém, no Movimento Paranista, a perspectiva é que o negro não contribuiu para a formação da identidade paranaense e mostra, como justificativa, fatores biológicos para os baixos índices demográficos da população negra no estado.

Em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano e último em que se investigou a tonalidade pigmentária dos brasileiros, a população paranaense era de 249.491 habitantes, sendo 5,17 por cento o coeficiente do (sic) negros, uma das três menores porcentagens dentre as de todos os Estados. (...) Em 14 anos o aumento foi de apenas 1.560 negros e seus mestiços, o que demonstra

a pouca *proliferação* de ambos e a sua curta vida nas altitudes mais elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios dos mulatos (MARTINS apud CAMARGO, 2007, p. 50).

Sendo assim, o Paraná tem, em suas origens, uma falsa ideia de que o estado se constituiu como um “Brasil diferente”, que não tem a mesma configuração racial que o restante do país. É um processo de “invenção de tradições” nos termos postos por Hobsbawn (1994, 10-17), ou seja, ainda que se faça “referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” e “estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relação de autoridade...”

Mesmo hoje, tal interpretação tem reforçado uma visão preconceituosa, práticas excludentes e outras violências dentre as quais destacamos a invisibilização contra a população afrodescendente. Neste sentido, Moraes e Souza (1999), no artigo, **“Invisibilidade, Preconceito e Violência Racial em Curitiba”**, realizaram profícua reflexão acerca da sub-representação do negro frente a uma “maioria” branca, na qual informam que:

Mesmo que a população negra fosse uma “minoría”, e esperamos ter demonstrado que não é assim, não seria motivo para ser esquecida. Ao contrário, dever-se-ia atentar para a criação de condições que alçassem esta população ao seu lugar de direito. Esta é a principal violência cometida contra este grupo e certamente a produtora e legitimadora de muitas outras. (MORAES; SOUZA, 1999, p. 14).

Moraes e Souza (1999) apontam que a suposta sub-representatividade étnica do negro não deve se constituir como um entrave à sua representatividade diante de outros povos e etnias pois isto contribuiria para acentuar a exclusão e/ou a invisibilidade deste povo, frente à sociedade e à uma realidade que se mostra contrária à ideia de cidade eugenizada, sem negros, entre outras questões apresentadas pelos autores.

Dessa forma, a ideologia elitista do PARANISMO impõe uma violência simbólica a alguns grupos étnicos, sobretudo os

afrodescendentes e os indígenas, que são simplesmente excluídos da história local e destituídos do direito à memória. Em suma, o PARANISMO impõe a todos os paranaenses (não importando a qual grupo étnico, cultural, religioso, social, etc. pertençam) uma homogeneização identitária e cultural que, na verdade, representa a história/memória e a identidade das elites que o inventaram (BASTISTELLA, 2012, p. 11).

Em resposta à luta travada pelo movimento negro contra as condições de vida, o preconceito e, principalmente, à luta contra o racismo institucionalizado, que aliás colocou em condições de invisibilidade social todas as comunidades tradicionais ou territórios habitados pela população negra no Brasil, somente em 2003, foi criado um decreto federal que considerou remanescentes dos Quilombos, ou seja, comunidades quilombolas, os grupos étnico-raciais, de acordo com os critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, que reconhecesse sua ancestralidade negra e a relacionasse à resistência e à opressão histórica sofrida por seus ascendentes.

Com a ação das elites que agiram com a intenção de invisibilizar a população negra, até 2004, acreditava-se que o Paraná tivesse poucos Quilombos, entre três ou quatro. Apenas em 2005, o Estado criou o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que começou a fazer um levantamento das comunidades quilombolas no Paraná, entretanto, o referido GT encerrou suas atividades em meados de 2010. Vale destacar que as atividades promovidas pelo GT desencadearam, no Estado do PR, uma gama fértil de pesquisas foram/são realizadas em/com/sobre Quilombos, na medida em que estes passaram a ser visibilizados. Pode-se inferir que o grupo se tornou a referência para dados e informações atualizadas sobre os Quilombos no Paraná.

Sabe-se que a grande maioria dessas comunidades se instalou em lugares longínquos, hostis e de difícil acesso. Primeiro, porque temiam voltar a ser escravizados e também porque, muito provavelmente, era a única opção que lhes cabia naquele momento. O fato é que, por conta de um processo de exclusão e marginalização atribuídas a negros e negras, no Brasil, também as comunidades quilombolas acabaram ficando invisíveis para o Estado e não receberam qualquer tipo de melhoria e/ou políticas públicas que as atendessem. Desta maneira, vale ressaltar que:

O desenvolvimento da região Sul foi baseado nessa mitologia. Sua identidade foi construída, desde o princípio, a partir da negação da presença do negro. Durante a campanha abolicionista, escravos e

libertos sequer são citados. A verdade é que os negros tiveram participação na indústria baleeira, além de ser comum um colono comprar somente um escravo para ajudar nos trabalhos da roça, trabalhando ombro a ombro escravo e senhor. O que pode até supor uma democracia racial, o que não era verdade. A discriminação disseminada pelas classes dominantes contra os negros era evidente (LAPS, 2009).

Desde então, já foram identificadas 87 comunidades tradicionais negras, sendo 36⁸ com certidão já expedida, mas 38 registradas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A maioria destes grupos está em lugares de difícil acesso e os próprios municípios não sabiam da existência deles e nem que se tratava de comunidades quilombolas. Segundo o Grupo Clóvis Moura (2010), que aponta em suas pesquisas características dessas comunidades, é demonstrado nitidamente que as mesmas não receberam obras de infraestrutura. Há lugares em que os moradores ainda vivem em casas de pau-a-pique, não há energia elétrica ou água encanada, no entanto, ainda preservam parte de suas tradições.

Há comunidades bem antigas, com mais de 200 anos de existência, como é o caso de *Paiol de Telha* e *João Surá*, localizados no território paranaense com mais de 100 (cem) famílias, só em *João Surá*, são 53. Em 2004, eram conhecidos o Quilombo *Sutil*, em Ponta Grossa, e o *João Surá*, em Adrianópolis.

O Grupo Clóvis Moura, com o apoio da Secretaria Estadual de Educação, de Cultura e da Universidade Federal do Paraná, iniciou um trabalho coletivo que, através de importantes pesquisas, apresentou dados fundamentais que, além da visibilidade ao povo afro-brasileiro em terras paranaenses, trouxe à tona uma discussão que perpassa pelo processo do fim da abolição e pelo processo migratório europeu.

A partir de estudos e atividades desenvolvidas pelo Gt Clóvis Moura, tem-se uma análise importante sobre como foi construída a invisibilidade da população negra e escrava pós-abolição. Além disto, demonstram como o Estado se comportou no sentido de implementar uma política de supervalorização, o processo de colonização e o tratamento dado a estes imigrantes em detrimento da visibilidade e cidadania dos afrodescendentes. Esta situação gerou grandes conflitos, ao longo da história do Paraná,

⁸ Cf. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-18-02-2019.pdf>

que tinham, como pano de fundo, disputas pela posse da terra, nas quais se empregava força coercitiva e repressiva com anuência e participação do próprio Estado.

Assim, foi iniciado, desde o período pós-escravidão, um processo de disputa desigual que culminou com a transferência da posse da terra para as grandes empresas madeireiras norte-americanas e inglesas, culminando em grandes conflitos de terra na década de 1890, marcando a história do Paraná com dezenas de mortes de trabalhadores rurais. Como se pode evidenciar:

No Paraná, os órgãos fundiários tiveram constantemente envolvidos com problemas relacionados à grilagem de terra. Conforme Relatório do Interventor Manoel Ribas, apresentado ao Presidente da República em 1939, havia demandas judiciais entre Estado do Paraná e particulares (em geral, grandes colonizadoras) por uma área total de 5.915.852,40 ha. (RELATÓRIO GRUPO CLÓVIS MOURA, 2005-2010- p. 23).

Estudos apontam que, em décadas posteriores, a grilagem de terras continuava com a anuência do Estado, que não fez uma apuração profunda e constante em documentação de títulos de posse de terras que não apresentavam veracidade, inclusive com informações incompletas, não possibilitando confirmar onde terminavam as terras particulares e onde começavam as terras públicas.

Consideramos imprescindível a transcrição literal do capítulo da publicação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) sobre Quilombolas e cartografia social que relata o assunto da seguinte forma:

[...] a questão agrária ganha novos contornos delineados no balanço das atividades do Estado do Paraná, do Grupo Inter secretarial Clóvis Moura, na efetivação do direito constitucionalmente assegurado às comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades negras tradicionais em relação as suas terras. A face oculta de uma cidadania tardiamente reconhecida torna-se visível, para compor o território paranaense (GEDIEL, ITCG, 2008).

Corroborando as reflexões do autor acima citado, assentimos com o documento abaixo, o qual sugere entre outras coisas, que o Estado trate, de forma específica e diferenciada, os territórios definidos como comunidades tradicionais:

[...] 3.1.2 Territórios Tradicionais e Agricultura Familiar. Os territórios tradicionais são áreas em que vivem comunidades que têm um sistema de vida muito específico, com uma história comum e uma

cultura própria, que preservam suas tradições, apresentando uma forte integração com o meio ambiente e uma vida comunitária baseada na pequena produção familiar, normalmente de subsistência e, muitas vezes, com uso comum da terra. No Paraná, existem comunidades tradicionais de quilombolas, de faxinais, de criadouros, de indígenas e de caiçaras. A maioria dessas comunidades luta contra a desagregação e extinção, pela afirmação de sua identidade, pela recuperação dos sistemas produtivos desenvolvidos pela tradição do grupo – e que correm risco de ser substituídos pelas monoculturas – e pela viabilização de propostas sustentáveis que permitam sua reprodução como grupo social. O ITCG propõe construir, com a participação das comunidades e de outros órgãos do poder público, projetos que permitam a reprodução social e cultural desses grupos na ótica da sustentabilidade socioambiental. a) Comunidades Negras Tradicionais e Quilombolas As comunidades de remanescentes de quilombos estão em áreas que trazem consigo as marcas da história da resistência negra à escravidão no Brasil. Hoje, as comunidades quilombolas caracterizam-se pela especificidade cultural, com o reconhecimento da ancestralidade negra, que as distingue como comunidade negra de quilombos de outras formações socioeconômicas do território nacional. Tendo clara, a necessidade de tratamento diferenciado aos cidadãos remanescentes das comunidades quilombolas, a Constituição Federal, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consagra-lhes o direito à propriedade de suas terras, sendo considerado um importante instrumento jurídico para fundamentar a construção de uma política fundiária baseada no princípio de respeito aos direitos territoriais dos grupos étnicos tradicionais.

Para além do estabelecimento legal, transparece no atual Governo Federal o intento de materializar as promessas constitucionais relativas aos remanescentes de quilombos, como evidencia o *Programa Brasil Quilombola*, o qual estabelece [...] uma metodologia pautada em um conjunto de ações, possibilitando o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira (BRASIL, 2005 p. 5).

As comunidades de remanescentes quilombolas diferenciam-se dos demais segmentos por praticar uma agricultura fundamentada em formas tradicionais de manejo e pelo uso comum da terra, em que a utilização de agroquímicos e máquinas agrícolas é reduzida ou inexistente. A maior parte dos territórios quilombolas formou-se em áreas pouco agricultáveis, também chamadas de “terras dobradas” – por serem regiões de pouco interesse e difícil acesso àqueles que foram recebidos para a colonização e ocupações de terras –, o que gerou o isolamento destas comunidades e, com isto, uma série de especificidades no tratamento dos bens materiais e imateriais. Diante deste

quadro, coube, por algum tempo, ao ITCG, o papel de promover ações que buscassem retirar as comunidades quilombolas do Estado do Paraná da invisibilidade e fazer sua parte na promoção das políticas públicas, além de uma conjuntura política estadual e nacional que interfere, diretamente.

As pesquisas e publicações geradas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura descortinou o lugar e as condições da população negra, no Estado do Paraná, apresentando, inclusive, dados cartográficos, condições sociais e necessidades para este público “recém descoberto” da sociedade paranaense, que está localizado na região metropolitana de Curitiba e em cidades como Campo Largo, Ponta Grossa, Castro e Jaquariaíva; ao longo do Vale do Ribeira, como em Adrianópolis e Bocaíuva e outras cidades como Guarapuava, Guaraqueçaba, dentre outras. Estes estudos constatam que existem, pelo menos, 87 (oitenta e sete) comunidades, quilombolas ou não, que contribuem para a visibilidade e manutenção da história e memória do povo negro e sua existência, transformando o mapa cartográfico e étnico do território paranaense. Esses dados são demonstrados na ilustração abaixo:

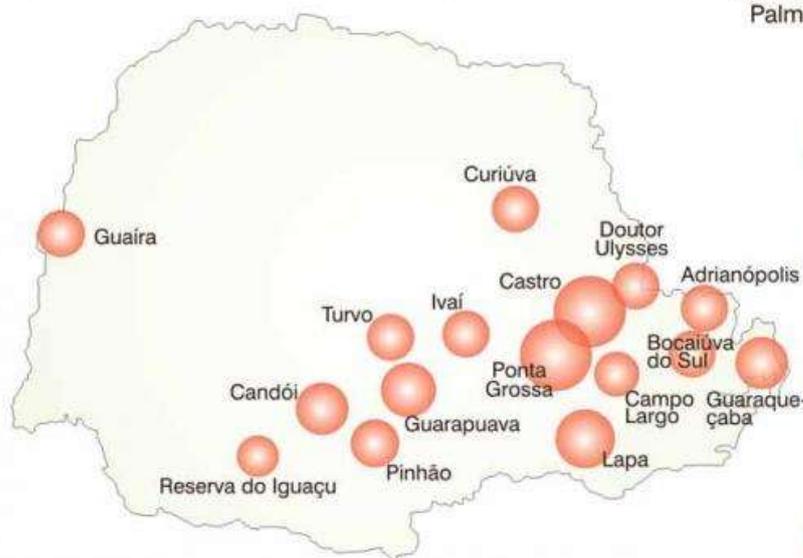
COMUNIDADE QUILOMBOLA

O decreto 4.887/2003 definiu que são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida



Zumbi dos Palmares

COMUNIDADES CERTIFICADAS NO PARANÁ



Guaira

Manoel Ciriaco dos Santos

Guaraqueçaba

Batuva
Rio Verde

Ivaí

São Roque
Rio do Meio

Lapa

Feixo
Restinga
Vila Esperança de Mariental
Palmas
Adelaide Maria Trindade Batista
Castorina Maria da Conceição
Tomas Ferreira

Ponta Grossa

Santa Cruz
Sutil

Pinhão/Guarapuava/Reserva do Iguaçu

Invernada Paiol de Telha

Turvo

Campina dos Morenos

Adrianoópolis

Bairro Córrego do Franco
Bairro Três Canais
comunidade Negra Rural de Sete Barras
Córrego das Moças
Estreitinho
João Surá
Porto Velho
Praia do Peixe
São João

Bocaíúva do Sul

Areia Branca

Campo Largo

Palmital dos Pretos

Candói

Cavernoso 1
Despraiado
Vila São Tomé

Castro

Serra do Apon
Limitão
Mamans
Tronco

Curiúva

Água Morna
Guajuvira

Doutor Ulysses

Varzeão

Esses dados desvendam que há, além da composição étnica europeia e fortemente valorizada do Estado do Paraná, outros grupos étnicos como negros, indígenas e faxinalenses que ficaram - e ainda permanecem - por muito tempo excluídos, não só da cartografia do Estado, mas, também, à margem das políticas públicas, das vistas e ações de reconhecimento por parte do Estado, distantes de equipamentos de saúde, educação e comércio. Os índices atestam essa marginalização por estarem em regiões de mais baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano- (ANJOS, 2006)

As comunidades *João Surá* e *Córrego das Moças* fazem parte desse contexto e foram visitadas e escolhidas para esta pesquisa. Estas comunidades, ao longo de sua existência, perderam territórios e enfrentaram muitas barreiras para continuar existindo enquanto comunidade, o que inviabilizou a qualidade de vida, de manutenção econômica, da produção agrícola para o sustento da própria comunidade e, também, a permanência de traços identitários que simbolizam sua origem e ancestralidade.

O Quilombo *João Surá* está localizado, numa área de confluência dos rios Ribeira e Pardo, nos limites do Parque Estadual das Lauráceas, no Alto Vale do Ribeira do Iguape, a 50 km de distância da cidade de Adrianópolis-PR, na divisa com o Estado de São Paulo. O Quilombo referido possui uma história de mais de 200 anos, ocupando uma pequena faixa de um território explorado pela agricultura moderna que possui grandes extensões de monoculturas e pratica o uso de agroquímicos como forma de aumento da produtividade, causando impactos socioeconômicos e ambientais de grandes proporções. E como contam os seus moradores, a comunidade recebeu este nome em homenagem a um garimpeiro francês que morreu numa das cachoeiras do Rio Pardo, naquela região.

Hoje, a comunidade possui 50 famílias, sendo: 24 idosos, 10 jovens, 68 mulheres, 60 homens e 24 crianças. Têm atendimento médico e odontológico semanal. Contam, ainda, com uma enfermeira e um agente de saúde que fazem a triagem e entregam a medicação para os moradores. A comunidade se sustenta “respeitando as estações”, com o cultivo da lavoura de arroz, feijão, milho, mandioca e outros alimentos para o consumo próprio, como também cria pequenos animais como galinhas e porcos, no entanto, alguns homens e mulheres trabalham fora do espaço do Quilombo. Em sua maioria, a população quilombola pratica a religião católica e celebra festas típicas: Romaria de São Gonçalo, Festa de Santo Antônio e rezas em família. Estas festas e

outros encontros comunitários são realizados num salão da comunidade, onde funciona uma cozinha e um bar.

Nesses momentos, as mulheres se reúnem e vão para a cozinha preparar comidas que são consideradas heranças culinárias da comunidade, como o pastel de farinha de milho, o biju e o cuscuz de arroz. Algumas brincadeiras de crianças são preservadas no entorno da escola e da comunidade: brincadeira de roda, peteca e pula corda. Muitos aspectos culturais se mantiveram por alguns de seus membros mais idosos e que são repassados e, muitas vezes, reproduzidos pelos mais novos, de forma quase que inconsciente. Importa dizer que, à medida que os jovens tomam conhecimento de sua origem e história, acabam por se identificar com ela, aumentando sua autoestima e sua capacidade de continuidade desta herança.

A comunidade quilombola *Córrego das Moças* existe há mais de 200 anos. Localizada a 37 quilômetros da sede do município de Adrianópolis, na divisa do Estado de SP, os primeiros moradores, aqueles mais antigos, contam que, quando seus avós chegaram ali, só existiam negros, não havia fazendas por perto e que a área do Quilombo era muito maior do que é hoje. Destacamos esta comunidade que foi apresentada à pesquisa no momento da visita e imersão no Quilombo *João Surá*, por um agrônomo alemão, Sr. Hans, que ao ser procurado para facilitar e estabelecer contatos com os quilombolas da região, sugeriu uma visita ao Quilombo *Córrego das Moças*, onde o trabalho das mulheres no cultivo da roça e na preservação das sementes era destacado.

No Quilombo do *Córrego das Moças* residem 46 famílias, contando com aproximadamente 30 crianças e adolescentes, as quais estudam em escolas da cidade, pois a comunidade ainda não conquistou sua escola local. As estruturas existentes no local contam com uma cozinha coletiva, uma estufa de madeira para amadurecimento da banana, um pequeno barracão para as reuniões da “Associação Remanescentes Córrego das Moças”, e uma igreja evangélica da denominação “Congregação Cristã”. Dentre as festas tradicionais acontecem as homenagens de origem e tradição religiosas como: a festa dos padroeiros São Sebastião e Santa Ana, do Divino e de São Pedro e São José, e ainda a dança de São Gonçalo.

Atualmente, segundo os moradores, algumas das festividades tradicionais acontecem com menos intensidade por causa das outras manifestações religiosas presentes na comunidade. A comunidade possui algumas moradias mais novas,

construídas com apoio de políticas públicas. O cultivo da banana é um destaque da produção agrícola da comunidade que, inclusive, a comercializa na região. Grupos de moradores da comunidade se reuniram para desenvolver e construir uma horta comunitária e orgânica.

CAPÍTULO 2

2.1 QUILOMBOS E SUA IMPORTÂNCIA NO DEBATE AGROECOLÓGICO

O objetivo desse capítulo é apresentar o papel dos Quilombos no debate agroecológico, tendo por foco o papel desempenhado pelas mulheres quilombolas, neste contexto, e a contribuição das mesmas para as mudanças necessárias, na perspectiva da construção de uma sociedade sustentável e agroecológica. Destacamos as mulheres dos Quilombos no cultivo de alimentos, a partir da análise de uma relação processual que as mesmas desenvolvem quanto à preservação de saberes tradicionais (cultura e história imaterial) aplicados à utilização de técnicas e práticas de manejo no contexto de uma produção com bases ecológicas.

Segundo Caporal (2000), a Agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil. Porém, analisando alguns de seus princípios, esta pode ser considerada uma prática antiga. Ao destacarmos alguns de seus princípios, observa-se que ela pode ser entendida como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, que contribui para a inclusão e valorização do ser humano, proporcionando condições econômicas e sociais para quem produz e, principalmente, para os pequenos produtores. Neste sentido:

Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBE, 2004, p. 13).

Para um processo produtivo ser considerado como agroecológico, a diferenciação acontece desde a preparação do solo até a oferta dos frutos da produção. O solo apropriado, neste sentido, deve ser “limpo”, isento de adubos, resíduos químicos, contrapondo-se ao modelo convencional da agricultura atual, oriunda da “Revolução

Verde”⁹, que introduziu a utilização dos agroquímicos para aumentar a produção de alimentos.

A Agroecologia, de acordo com pesquisadores da temática, como Gliessman(1990), Altieri (2013), é considerada uma área de conhecimento que engloba várias outras áreas, ou seja, possui caráter multidisciplinar que nos provoca rever, estudar e avaliar os agrossistemas existentes, pensando numa interação mais respeitosa entre pessoas e meio ambiente, com intuito de criar uma integração e desenvolvimento mais harmonioso, equilibrado e sustentável para todos. Neste sentido, podemos asseverar que, para os defensores da Agroecologia, é mais importante o conhecimento e a interpretação das relações que ocorrem entre os seres vivos do planeta, para qualificar esta convivência proveitosa para todos, contrapondo-se a uma produção acelerada e em grande quantidade de alimentos, por exemplo (CAPORAL, 2000).

Numa comunidade tradicional, a atuação de seus atores sociais está voltada a uma relação harmoniosa com o meio ambiente, por meio de práticas consideradas sustentáveis, como por exemplo, as comunidades quilombolas, as quais são estruturadas em um modo de produção tradicional e familiar, que cultiva a terra de forma coletiva, realizando a criação de animais, cultivando árvores frutíferas e nativas e praticando a policultura, preferencialmente para o autoconsumo.

Assim, estes agroecossistemas, quando presentes na lógica das comunidades tradicionais, vai ao encontro da Agroecologia, tornando-se mais adequadas do ponto de vista das dimensões da sustentabilidade discutida por Caporal e Costabeber (2002). Em outra perspectiva, Gliessmam ressalta que:

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da

⁹ Revolução Verde é considerada por Altieri como a modernização da agricultura com utilização de tecnologias intensivas em insumos, que teve como resultado benefícios muito desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores sendo privilegiados em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERE, 2013, p. 19 - 2013).

diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN, 1990, p. 658).

Ao relacionar esse conceito para a realidade vivida, desde o surgimento dos territórios quilombolas até a organização das atuais comunidades, as quais, em sua maioria, tiveram sua localização definida pelas condições geográficas, observa-se que um território com relevo favorável, densas matas, presenças de rios, montanhas, pântanos e mangues – facilitam a retenção e a estabilidade de um Quilombo, dificultando sua identificação. Pode-se supor, assim, que o ambiente estaria propício para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre os novos moradores e a natureza local. Desta maneira, é pertinente reiterar que a:

[...] agricultura praticada por povos tradicionais em locais onde não havia disponibilidade de outros insumos além do trabalho humano e dos recursos locais, ou onde foram encontradas alternativas que reduziam, eliminavam ou substituíam insumos humanos intensivos no uso de energia e de tecnologias comuns a grande parte da agricultura convencional de hoje (GLEISSMAN, 2000, p. 653).

Verifica-se que, diferentemente da prática de agricultura convencional que prioriza apenas o consumo e produção em grande escala, essa forma de praticar a agricultura no modo de produção das comunidades quilombolas atuais visa tanto a garantia da alimentação familiar quanto a preservação do meio ambiente. Em conformidade com isto, Diegues assevera que:

Os quilombos se valem da coevolução entre o meio natural biodiverso do Vale do Ribeira e um conjunto social específico que se molda há mais de dois séculos, em algumas comunidades, manejando os recursos naturais renováveis em seus territórios, “[...] muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais haviam se conservado sob cobertura florestal e com alta biodiversidade, em virtude do manejo ligado ao modo de vida das comunidades” (DIEGUES, 2001, p. 17).

No território específico das comunidades apresentadas nessa pesquisa, verifica-se que, no Vale do Ribeira, muito do que ainda restou de área preservada do rico ecossistema local, está dentro dos territórios das comunidades quilombolas. Logo, “é necessário ressaltar que o bioma Mata Atlântica, não é mais o ecossistema que os

exploradores portugueses encontraram quando no Brasil aportaram”, ou seja, deve-se, sobretudo, ter em mente que “é no Território do Vale, paranaense e paulista, que encontramos a parcela mais bem preservada da Mata Atlântica, bioma este que encontra sua transição de Mata Atlântica para a Mata de Araucárias, outro importante bioma e que hoje não passa de 3% da sua cobertura original” (FIDELIS, 2011, p. 8).

Apesar de não ter recebido os títulos de donos da terra ou serem reconhecidos legalmente como proprietários das mesmas, que ocupavam e cultivavam, as terras dos Quilombos foram sempre bem aproveitadas para o cultivo de alimentos e a exploração dos recursos naturais como forma de sobrevivência.

Ao se refugiarem em locais, como é o caso da Mata Atlântica, os Quilombolas mantiveram uma ação pouco predatória e a prova disto é que a permanência de mais de dois séculos [João Surá] não foi prejudicial às matas e aos recursos naturais que compõe estes biomas. A existência hoje do Parque Estadual das Lauráceas – PEL – que se distribui pela área de dois municípios do Vale do Ribeira, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul é prova disto. Este parque ainda mantém preservada grande parte da biodiversidade deste ecossistema e isto se deve à interação das comunidades Quilombolas com este ecossistema (FIDELIS, 2011, p. 8).

As práticas aplicadas no dia a dia do trabalho produtivo na lavoura, bem como a sua forma coletiva de exercê-lo, tem como exemplo o cuidado com as sementes - consideradas o alimento do presente e do futuro - a transmissão dos saberes de geração a geração, a forma de lidar com a relação terra, clima, natureza e cultivos, respeitando seus ciclos, exercidas ao longo de séculos, contribui para o protagonismo das mulheres quilombolas. As pesquisas científicas não dimensionam, em termos numéricos, todo o valor e o impacto desta ação para o Vale do Ribeira. Mas, pode-se supor qual seria o impacto negativo, caso estas comunidades não mais coexistissem no território. Como se percebe,

O desestímulo da prática de uma Agricultura Tradicional ecologicamente estabelecida, de respeito aos limites que a natureza impõe, fruto da experiência empírica de ex-escravos, indígenas e brancos organizados em comunidades de Quilombos se deu por décadas de esquecimento destas comunidades e do desconhecimento da sua condição de Remanescentes de Quilombos pela sociedade (FIDELIS, 2011, p. 12).

É evidente o risco sofrido por todo o ecossistema do Vale do Ribeira, quando se vê no seu entorno a invasão de culturas como eucaliptos e pinus avançando em território quilombola, agredindo e degradando o solo, a água e precarizando o trabalho e a vida dos que convivem naquele espaço. Estes fatores provocaram, ao longo de décadas, o êxodo rural, principalmente da população jovem das comunidades, já que lhes foi tirada a expectativa de um futuro em sua própria terra e a dificuldade para o cultivo de alimentos.

A organização do trabalho para a exploração da terra, as formas de manejo e as técnicas de preservação do potencial produtivo estão impregnadas pelo sentido de união do grupo. Essas práticas despertaram nos quilombolas a visão agroecológica de preservação do espaço em que moram. Foi vivendo e vendo o mundo dessa forma que eles sobreviveram à exploração e mantiveram níveis satisfatórios de segurança alimentar, a despeito das dificuldades materiais. Trabalhar, portanto, na concepção de um quilombola, é produzir, vivenciar e dar continuidade a um modo de vida. (FIDELIS, 2011, p. 9).

Dessa forma, podemos dizer que, apesar desta investida negativa nas possibilidades de permanência em territórios quilombolas, a população resiste, agarrada na organização do seu trabalho para o cultivo da terra, utilizando-se de técnicas de manejo e preservação do solo, das plantas e da própria vida, em sua forma de se relacionar com o meio, desempenhando de forma coletiva e solidária, a partilha do trabalho e da convivência social, considerando suas referências culturais.

2.2 AS ESPECIFICIDADES DOS QUILOMBOS JOÃO SURÁ E CÓRREGO DAS MOÇAS

Os Quilombos estudados, nesta pesquisa, estão localizados na região conhecida como Vale do Ribeira, o qual abarca parte dos estados de São Paulo e Paraná, onde uma importante faixa de Mata Atlântica, quase extinta no Estado, ainda resiste. No entorno e interior deste território existem muitas unidades de conservação ambiental como: a Área de Proteção Ambiental - APA da Serra do Mar, o Parque Estadual do Alto Ribeira, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual da Jacupiranga. O que poderia ser aliado da preservação destas comunidades tradicionais, tornou-se um problema, já que o processo de demarcação destas unidades desconsiderou a existência e o limite das terras

quilombolas, bem como o modo de vida destas comunidades e suas relações com a natureza, o que dificultou a prática agrícola e o extrativismo, por parte da população dessas comunidades.

A partir dessa demarcação das áreas de proteção ambiental, a população quilombola passou a ser fiscalizada pelos órgãos públicos e se tornou parte de um conflito de interesses que envolve desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais da região, dentre atividades como a pecuária extensiva, a criação de unidades de conservação ambiental, a monocultura de pinus, eucalipto e banana e a expansão da exploração de minérios. Passou a ocorrer, inclusive, a expulsão dos territórios, daqueles que não tinham título da terra. Nesta direção, Cruz; Pereira; Komarcheski, 2018 apontam que:

Tais conflitos se materializam na compressão e ameaças ao território causadas pela pecuária extensiva, pela indústria madeireira e pela conservação ambiental. A estes somam-se outros empreendimentos que representam ameaças latentes ao quilombo, como o avanço da mineração e projetos de construção de barragens na região (CRUZ; PEREIRA; KOMARCHESKI, 2018, p. 221).

O Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), criado em 1989, surgiu da necessidade destas comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas e guaranis) se organizarem para defender suas terras da proposta de construção de barragens para esta região. Segundo pesquisa¹⁰ realizada pelo MOAB, o projeto de barragens no Vale do Ribeira existe desde a década de 1950 e, desde então, grandes empresas elaboraram e executaram projetos de exploração do potencial energético das águas do Vale.

Também nesse sentido, a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, conseguiu a concessão para aproveitamento da energia hidráulica do Rio Ribeira do Iguape para seu próprio uso. Embora o projeto da CBA tenha sido indeferido pelo IBAMA, em 2018. Em vista disto, sabemos que, atualmente, existem outros projetos de construção de barragens no Rio Ribeira, sendo 2 deles em Adrianópolis: o Sete Barras e o Itaóca.

¹⁰ Publicação do Movimento dos Ameaçados por Barragens- MOAB- com Projeto Intitulado MOAB- A Saga de um Povo- por Márcia Aparecida Mendes Pinto, que trata da história das comunidades quilombolas e ribeirinhas do Vale do Ribeira, através do olhar dos envolvidos no MOAB em 2014.

Por outro lado, é sabido também que, até o momento, não existem barragens instaladas sobre o Rio Ribeira.

Junto com os projetos de barragens vieram a urbanização, as lavouras de monocultura, o desmatamento no alto dos morros, acarretando a erosão e, conseqüentemente, o assoreamento do rio e a extração de minerais que provocou a contaminação das águas. Diante desta situação, as comunidades quilombolas se uniram a outras ameaçadas e, juntas, iniciaram a luta. Nada diferente de outras comunidades pelo Brasil que buscam, por meio da organização coletiva, com apoio do Movimento Negro e outros movimentos sociais e também da Fundação Palmares, a conquista, com a contribuição do Incra no processo da demarcação e titulação de suas terras.

Após décadas de luta e de invisibilidade para os governantes em relação à elaboração de políticas públicas específicas, sobrevivendo à diminuição de seus territórios e às conseqüências do êxodo rural, estas comunidades conquistaram um mínimo de reconhecimento. Atualmente, percebemos que alguns espaços, estruturas e ambientes conquistados pelas comunidades, contribuem para reforçar a própria ancestralidade. Na comunidade quilombola *João Surá*, por exemplo, existe uma escola de ensino fundamental e ensino médio, sendo esta última pertencente à modalidade de educação quilombola.

Além disso, possui, ainda, uma extensão do curso de Educação do Campo, vinculado a um programa da Universidade Federal do Paraná - o curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFPR, possui uma turma que ingressou em 2015 e se formará em 2019 - onde os jovens e demais moradores estudam, formam-se como professores. Esta construção identitária se dá, em linhas gerais, a partir do processo de reconhecimento da comunidade, apesar de a escola quilombola e a Universidade reforçarem a identidade local entre os estudantes, contribuindo, assim, para que se vejam como quilombolas.

Assim, trabalham para a formação de outras crianças e jovens, neste sentido. Glasiele Andrade é uma destas professoras, neta e filha de mães que nasceram na comunidade, casada, mãe de três filhos, agora, graduada em educação do campo, é professora na escola da comunidade – Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Como se pode observar nas palavras da mesma:

A Universidade para mim também teve muita diferença, porque a gente tinha vergonha de falar muitas coisas nossas da comunidade. Hoje não. Se perguntarem para mim eu respondo: eu sou lá da comunidade João Surá, trabalho na roça, meus pais são agricultores lá, todo mundo trabalha na roça e com orgulho tá!! (Glasielle de Matos Andrade).

Alguns traços tipicamente africanos que marcaram a estrutura quilombola do período colonial ainda persistem nestas comunidades, como a casa da farinha, o espaço coletivo usado para festas, reuniões, a construção da cozinha fora da casa por alguns moradores, a agricultura como forma de subsistência, o extrativismo, a pesca e a criação de pequenos animais. Apesar da presença de carros e motos e de instrumentos de trabalho mais modernos já existentes na proximidade ou, até mesmo, dentro da própria comunidade, muitos moradores mantêm a prática dos mutirões para o plantio e a colheita, troca de serviços. Alguns, ainda, utilizam cavalos ou se deslocam a pé, dentro e fora do quilombo.

A jovem moradora Glasielle de Matos Andrade e sua mãe Maria Lúcia Andrade, apresentam um breve histórico de como o bairro de *João Surá* se tornou uma Comunidade Quilombola reconhecida e, ainda, dá suas impressões sobre este processo:

A comunidade foi definida que era Quilombo foi em 2005/2006. foi bem recente! João Surá sempre teve pra mim. Mas, antes não era reconhecida como quilombola porque eu até me lembro, quando eu estudava lá na escola, lá da cidade, eles falam muito da gente, e perguntavam onde a gente vivia. Eu tinha muita vergonha de falar que eu morava no João Surá, porque João Surá tinha como o lugar mais longe, o fundo do coador, o fim do mundo. Então eu tinha vergonha, quando perguntavam onde você mora, eu não sabia o que eu respondia. E não era só comigo isso, era com muitos da comunidade [...] Era um bairro de Adrianópolis [...]. Então, o Antônio Carlos, ele tem todas as informações daqui ele é morador daqui também. Ele buscou essas informações. É um senhor de 50 anos, ele é primo da mãe, lembra da Dona Joana? Ele é filho dela. Ele que buscou essas informações, ele ia nas reuniões dos grupos né? Da comunidade e foi se inteirando e trazendo pra cá, aí é que veio o Grupo Clóvis Moura, os universitários que ajudaram nesse reconhecimento. Aí foi muito bom (Glasielle de Matos Andrade, *João Surá*)

Hoje não, as pessoas querem vir aqui conhecer, querem vir aqui pra ver como todo esse processo aqui, o caldo de cana: *aah, vou lá na casa do Seu Aparecido para tomar um caldo de cana*. E nunca foi assim, porque as pessoas que hoje valorizam é porque que hoje nós valorizamos também. Porque a gente aprendeu! (Glasielle de Matos Andrade, *João Surá*).

Na cidade hoje em dia, a gente assiste televisão e vê tanto assalto, tanta morte, tanto roubo né? Dá medo! A gente escuta, tanta gente matando o outro, meu Deus do céu! Se a gente for pensar, nem vai! Ainda mais a gente aqui do mato, medroso né? (...risos) (Maria Lúcia de Matos Andrade).

As comunidades tradicionais fixadas, há longo tempo, em determinado território e que cultivam a terra, teriam um conhecimento adquirido empiricamente em relação a este terreno, suas condições de manejo, seu clima, as espécies que o habitam, etc. Porém, existem fatores que dificultam a valorização deste saber e desta forma de vida. A proximidade - ou a distância - com as áreas urbanas é um dos fatores que influenciam o modo de vida da população destes Quilombos, por exemplo, em relação à preservação do meio ambiente.

Os Quilombos pesquisados, especificamente, se localizam no Vale do Ribeira, área de preservação permanente. Não por acaso, sofreram e ainda sofrem com a ação dos grandes exploradores, da demarcação de áreas de parques florestais e da construção de barragens. Além de diminuir o território de uso agrícola das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, estas ações trouxeram problemas estruturais para o meio ambiente, provocando o êxodo rural e a exclusão, ainda maior, da população moradora destas comunidades¹¹.

Os moradores, ademais, sofrem constantes ameaças e assédios para que entreguem suas terras, por valores irrisórios, aos grandes produtores de monoculturas. Além disto, tem-se, ainda, o caso da CBA- Companhia Brasileira de Alumínio, a qual, embora tenha apresentado o projeto de hidrelétrica de Tijuco Alto – indeferido pelo IBAMA - não chegou a instalar nenhuma fábrica, de fato. Ao longo dos anos, esta proximidade, além de ter impactado o meio ambiente preservado, também atraiu a mão de obra masculina para o trabalho externo aos Quilombos. Podemos dizer que isso tirou os homens do cultivo da terra para o exercício de funções exaustivas, insalubres e assalariadas. Ficou, então, apenas para as mulheres, o cultivo da lavoura, da horta, além do cuidado doméstico e de toda a família.

Embora já tenhamos avançado em campos hegemônicos, como a literatura e estudos científicos acerca da conquista de direitos e visibilidade da população negra no Brasil, percebe-se que ainda há muito a avançar em termos estruturais destas conquistas,

¹¹MOAB. A saga de um povo, 2014.

na prática. Por outro lado, a organização do povo negro em comunidades isoladas ou com restrições ao acesso das mesmas condições desfrutadas pelo povo branco, possibilita também a estas pessoas a capacidade de preservação mínima de traços de sua ancestralidade, resistindo assim, à sua própria dizimação, enquanto identidade de afrodescendente, com todas as peculiaridades reservadas à constituição da história brasileira.

As comunidades quilombolas *João Surá* e *Córrego das Moças* sofreram grande influência no período da colonização em razão das terras serem vistas como fonte de produção de riquezas para uma pequena parcela da população rica e branca, em detrimento de uma maioria negra e pobre. Clóvis Moura defende a ideia de que a quilombagem no Brasil era “fruto das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos” (MOURA, 1981, p. 12-13). Para este autor, a quilombagem se configura como:

um movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que este tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (MOURA, 1989, p. 22).

Dessa forma, esta rebeldia tornada em resistência também se apresenta quando a população moradora do Quilombo preserva, dentre outras formas, mesmo que minimamente, hábitos de sua forma de produzir, há mais de dois séculos e que foram herdados de seus ancestrais. As comunidades quilombolas, em linhas gerais, mantêm traços de uma agricultura que não utiliza as mesmas técnicas de produção agrícola que muitos produtores utilizam na produção da monocultura de pinos. Esta resistência ocorre por não terem a mesma condição econômica para aquisição de equipamentos e também pelo tamanho de seu território. De acordo com Fidelis,

A existência de uma gama tão grande de preparações alimentares no Quilombo demonstra porque a comunidade vem resistindo há tanto tempo como agricultores camponeses. Isto é resultado de estratégias adotadas para produzir e cultivar em solos pobres de fertilidade, contando apenas com os recursos internos à comunidade e com a

criatividade para se elaborar e preparar alimentos a partir do que se tem em mãos, criando receitas simples, mas saborosas. São estratégias elaboradas no decorrer dos mais de 200 anos da comunidade, conhecimentos que se perpetua através da herança camponesa e afrodescendente (FIDELIS, 2007, p. 183).

Porém, as comunidades quilombolas aqui referidas, mantêm práticas que outros Quilombos já aboliram, como, por exemplo, a preservação das sementes que fazem parte de sua cultura alimentar. A prática de guardar as sementes para o plantio da roça, praticada pela maioria dos moradores dos Quilombos, vem, provavelmente, de épocas longínquas em que a maioria não se lembra desde quando usa a mesma semente para o plantio. Esta prática carregada de saberes e conhecimentos tradicionais desenvolvida, especialmente, pelas mulheres e fundamentada como princípio agroecológico por Caporal e Costabeber (2002), Altieri (2009) e Gliessman (2000), segue garantindo a alimentação básica destas comunidades quilombolas, há centenas de anos.

Os moradores de ambos os Quilombos não sabem, com exatidão, precisar o início da existência das referidas comunidades, todavia, dizem que plantam deste sempre os alimentos para consumo próprio, como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, batata doce, melancia, melão, banana e pepino. O fator indicativo para a permanência secular da prática de guardar as sementes para a segurança do plantio e da colheita do alimento no próximo período do ano é a forma de organização e socialização entre os membros da comunidade e as famílias. É comum, nas comunidades tradicionais, a reprodução dos saberes a respeito da terra e o cultivo de alimentos que garantirá, como acreditam, a permanência e a sobrevivência destas comunidades por várias gerações.

CAPÍTULO 3

3.1 AS MULHERES NOS QUILOMBOS

As mulheres que se autodeclararam negras compõem, atualmente, 49,9% da população feminina do Brasil (IPEA, 2009) e continuam afligidas pela dupla discriminação de gênero e raça em todos os setores da sociedade. Atendo-se à história e formação dos territórios denominados “Quilombos”, verifica-se que estas mulheres ainda compõem uma parte da população que ficou relegada à segregação e estigma por seus traços fenotípicos e cultura herdados de sua ancestralidade, não sendo reconhecidas como seres de direito. Ou seja, a invisibilidade da mulher negra, neste contexto, é ainda maior.

Sabe-se que as mulheres negras foram, historicamente, violadas e erotizadas em suas sexualidades, lhes foram negadas uma identidade que fosse, inclusive, reconhecida na formação social do povo brasileiro. E, ainda, igualmente lhes foram negados direitos sociais, civis e políticos em pé de igualdade aos das mulheres brancas. Segundo Sueli Carneiro, feminista e estudiosa das relações raciais e de gênero, esta dupla opressão se apresenta, por exemplo, na especificidade de como a mulher negra é vista e tratada ainda por meio do “olhar” colonial.

Reflexos desse olhar, ainda, alicerçam e sedimentam a cultura brasileira, a qual a enxerga como serviçal, que deve viver para prestar seus serviços aos senhores, em situação de subserviência ou mesmo de forma erotizada, o que também não deixa de ser considerada, pelos homens, como uma função a serviço de seus desejos carniais, visão retratada por Gilberto Freyre nas relações dos senhores com os sujeitos escravizados:

[...] essas negras ou mulatas para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, [...] às vezes para substituir-lhe a própria mãe é natural que fosse escolhida entre as melhores escravas da senzala (FREYRE, 2004, p. 352).

Consolidada no senso comum brasileiro, a representação das mulheres negras, como descrita por Freyre, evidencia seus atributos e serventias aos olhos do colonizador

branco. Porém, o autor não apresenta isto como preconceito de raça, e sim, como uma forma de atração ou valorização do papel pré-estabelecido, enquanto espaço pré-definido de ocupação da Casa Grande: cozinha e cama. Esta identidade imposta às mulheres negras, na cultura brasileira, se constitui, ainda hoje, como um forte esquema de limitação do avanço destas mulheres para o desempenho de outros papéis, na sociedade. E, assim, as mulheres negras estão, ainda, subjugadas à inferioridade em relação, inclusive, aos homens negros. Como nos aponta Sueli Carneiro¹² (2014, s/p), em entrevista para a Revista TPM:

A mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais: a opressão de gênero e a de raça. Isso resulta no tipo mais perverso de confinamento. Se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras. Se o racismo é burlado, geralmente quem se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social.

O acúmulo histórico dessa opressão é visível, ainda hoje, quando passamos a analisar as condições e localização da mulher negra e quilombola na estrutura social brasileira e, especialmente, nas comunidades quilombolas no Paraná.

3.1.1 A MULHER NA FAMÍLIA QUILOMBOLA

Como apresentado no capítulo sobre os Quilombos do Paraná, verificamos que algumas situações externas, sejam elas de cunho político, ambiental ou econômico, interferiram no dia a dia e na qualidade de vida das populações quilombolas. Por se localizarem em territórios isolados e, na maioria das vezes, desprovidos de políticas públicas, por terem seus espaços engolidos pela agricultura convencional, pelas lavouras de monocultura ou urbanização, que abriu matas para plantações de pinus, criação de gado ou construção de grandes indústrias, acarretou-se o êxodo rural nestas comunidades, num passado não muito longínquo.

Nas últimas décadas, muitas famílias que plantavam e tiravam o sustento da terra e dentro da própria comunidade perderam lavouras, espaço e até mesmo a

¹² Cf. entrevista de Sueli Carneiro reproduzida na Revista TPM em 22/04/2014. Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/consciencia-politica> Acessado em 07/04/2019.

esperança, se vendo obrigadas a buscar trabalho fora da comunidade, nas indústrias próximas, na lavoura vizinha. Os homens, principalmente, pois foram os primeiros a sair em busca destas novas formas de sustento. Por outro lado, vale destacar que na comunidade de *João Surá*, de 2007 para cá, o número de famílias, praticamente, dobrou. Isto indica que não está ocorrendo mais um processo de êxodo rural expressivo, como no passado. Nesta direção, conforme nos apontam Fidelis e Bergamasco (2015), há sempre um retorno às terras de origem, ao solo quilombola:

À revelia da saída dos jovens, que se repete há várias décadas, ora mais intensa ora menos, ao sabor do apelo que o urbano lhes faz, há sempre um retorno de famílias para as comunidades. As lideranças quilombolas salientam que esta migração sempre foi uma rotina, assim como também é o retorno de boa parte dos que para os centros urbanos se aventuraram. Tão certa quanto é a saída dos jovens, é também a sua volta às comunidades de origem e muitos retornam com família constituída. Este movimento migratório, de sair e voltar faz parte das estratégias do campesinato (FIDELIS; BERGAMASCO, 2015, p. 64).

Nesse contexto, é possível verificar que, no cotidiano da comunidade quilombola, destaca-se o protagonismo das mulheres em muitas ações e serviços. Porém, é importante um olhar cuidadoso para entender-se o que significa este protagonismo no momento citado da história quilombola e o que pode se relacionar ao papel atual desempenhado pelas mulheres, em suas práticas realizadas nos primeiros Quilombos, no Brasil.

As famílias quilombolas não estão imunes aos valores consolidados, social e culturalmente, na formação da identidade brasileira, pois, também, foram organizadas sob a influência da concepção de família europeia trazida pelos portugueses. O núcleo familiar normativo foi definido com marido, esposa, filhos e agregados. Sendo que, para cada um destes, existe um papel social definido, como por exemplo: ao homem cabe prover o sustento da família e à mulher, o cuidado doméstico, a educação e os cuidados com os filhos.

Apesar disso, as mulheres quilombolas, desde a infância, assumem ou acumulam também as tarefas, muitas vezes, definidas como masculinas: o arado da terra, o plantio, o manuseio das ferramentas, e até mesmo o cuidado com toda a família. Estas mulheres partilham também a criação e educação dos filhos entre avós, mães e filhas.

A família, nessa perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel de transmissores – os pais – e desenvolvidas junto aos receptores – os filhos [...] ou seja nas trocas interpessoais. Embora não se trate de conhecimento sistematizado, é o resultado de uma aprendizagem social transmitidas de geração em geração. Seu carácter formativo expressa-se tanto na finalidade de transmissão de saberes, hábitos, conhecimentos e em procedimentos que garantam sua aquisição e fixação como também na constante avaliação dos membros receptores quanto ao grau de assimilação do que lhes foi transmitido (SZYMANSKI apud FIDELIS; BERGAMASSO, 2015, p. 63).

Porém, para Fidelis e Bergamasco (2015), a organização da família no contexto da agricultura camponesa é distinta da organização familiar urbana, especialmente nas famílias quilombolas que apresentam, ainda, uma perspicaz diferenciação, o que possibilita às mulheres exercer o seu protagonismo no que diz respeito aos papéis definidos como masculinos. Por exemplo, nas tomadas de decisões dentro da família sobre o que plantar, adquirir ou vender. Deste modo,

Percebe-se que a família é um organismo de extrema importância para agricultura familiar nos quilombos. Nesta instituição social vem ocorrendo um protagonismo feminino que se apresenta fino e meticulosamente elaborado por uma série de estratégias orquestradas pelas mulheres em face de um domínio masculino que transpassa gerações no interior das famílias no espaço rural. Elas têm como suporte, os conhecimentos sobre os afazeres da casa, dos alimentos, das ervas medicinais sobre os cultivos e os cuidados relacionados a espiritualidade, bem mais sensível entre mulheres do que entre os homens (FIDELIS; BERGAMASSO, 2015, p. 62).

Para além do papel laboral, as mulheres quilombolas desempenham também, de forma quase que espontânea, à medida em que vão constituindo suas próprias famílias e se tornando idosas, o papel de reprodução das práticas do passado através do exemplo e da fala. Se tornando responsáveis, por “unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir” (BOSI, 1979, p.18).

No contexto de comunidade quilombola, este papel sofre um impacto negativo, não só por causa das situações narradas, mas em relação à não-permanência dos jovens na comunidade, já que estes seriam a outra parte, os receptores deste diálogo e depositários de saberes. Todavia, existem na história do país do período de colonização

até os dias atuais, mecanismos institucionais que dificultam ou impossibilitam que esta memória seja repassada e preservada. Como se pode evidenciar, com base nos apontamentos de Bosi:

A Sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos...desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substituí a lembrança pela história oficial celebrativa (BOSI, 1979, p. 8).

Entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema, impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante (BOSI, 1979, p. 24)

Destarte, é, justamente, nesse ponto que as mulheres quilombolas assumem um papel protagonista. Quando resistem a esta opressão e conseguem colocar em prática seus saberes agrícolas adquiridos com suas avós, mães e pais. Este protagonismo emerge, apesar do processo de invisibilidade que a história colonial e capitalista desencadeou em relação à história e culturas africanas, trazidas pelas pessoas escravizadas para o Brasil, que impediria lembranças e heranças, bloquearia vivências e destruiria elementos fundamentais para o exercício desta memória.

3.1.2 AS MULHERES DO QUILOMBO *JOÃO SURÁ* E *CÓRREGO DAS MOÇAS*

Nessa seção, a referência será a narrativa das mulheres moradoras dos Quilombos *João Surá* e *Córrego das Moças*. A partir das suas falas e memórias, apresenta-se um pouco da história de vida de cada uma delas que trata de peculiaridades sobre infância, adolescência, trabalho na roça, casamentos, filhos. Buscamos, aqui, criar uma teia que entrelaçará seus saberes e práticas herdadas e repassadas, cotidianamente, que de forma quase imperceptível socialmente, são perpetuadas e mantêm a existência de toda a comunidade.

As mulheres que apresentamos, nesta pesquisa, foram entrevistadas usando-se os seguintes critérios: indicação pelo tempo de vida na comunidade, trabalho na roça, envolvimento com outras ações fora da comunidade e até mesmo a disponibilidade e disposição para contar sua história de vida. Estas mulheres, em parte, exercem o papel de gênero estabelecido na sociedade tradicional brasileira: cuidam da casa, da família, mas ainda cuidam da lavoura em torno do seu lote.

O trabalho na roça faz parte do cotidiano das mulheres quilombolas e existe como um elo entre elas e os saberes passados de avós e mães para filhas e netas, vindo do passado e seguindo ao futuro. Muitas vezes, conforme narrado por elas mesmas, um serviço pesado, mas também algo a zelar no sentido de perpetuar sua ancestralidade. Ao comparar estas afirmações com a realidade encontrada nos Quilombos pesquisados e na própria narrativa das mulheres entrevistadas, percebemos que, em algumas situações, as mulheres foram preponderantes nas tomadas de decisões que influenciaram diretamente a permanência e o futuro da família na comunidade quilombola.

Em quase todas as narrativas colhidas nesta pesquisa, as mulheres contam que, em muitos momentos da existência da comunidade, todas as famílias foram assediadas pelos donos de fazendas da região, para venderem o seu terreno por uma quantia que os quilombolas consideravam irrisória, ou trocar suas terras por um lote, ou casa na cidade. Houve propostas, até mesmo, da possibilidade de famílias continuarem na comunidade, num terreno menor, recebendo alguma “assistência” do fazendeiro.

Uma das mulheres quilombolas entrevistadas, Salustiana, de 88 anos, conta que o marido quase cedeu a este assédio, mas ela interferiu nesta decisão:

Meu marido queria vender tudo na época do aperto. Quando vieram os fazendeiros querendo comprar, eu disse, minha família é grande, como vai ser pra sobreviver sem terra pra plantar a lavoura. Não deixei vender. “Aqui a gente plantava tudo o que comia: milho, feijão, arroz, mandioca, horta e tudo dava”. Mas eu não quis, como vou ficar sem terra pra criar a família e sem-terra pra plantar uma lavoura? E o quê que eu faço com a minha família, meu deus do céu, eu com um monte de filho. (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega” - Córrego das Moças)

Daí, veio um fazendeiro lá de Minas e comprou tudo do meu tio e fez a cabeça do meu pai para vender. Ele só não vendeu porque minha mãe não deixou: “E as crianças? Quando resolverem voltar e plantar? (Maria Aparecida Santos- Filha de “Dona Nega” - Córrego das Moças).

Outras mulheres narram que, em períodos que ficaram sozinhas na terra, quando os maridos estiveram ausentes, de alguma forma - pelo trabalho nas indústrias próximas, ou separação ou até mesmo por motivo de morte - foram constantemente importunadas para venderem suas terras. Como narra Dona Delfina, moradora do Quilombo *João Surá*:

[...] Os fazendeiros comprou tudo esse coiso pra lá do Ribeirão aí e daí foi lá...veio aqui na minha casa, eu tinha uma casinha lá na beira do rio...eu vinha lá de Curitiba e ficava lá...aí veio, apareceu aquele homem lá e ficava lá:

Fazendeiro: Ô Dona é a senhora que é a Delfina?

falei: sou eu mesmo

eu falei o que é que o senhor deseja...

Fazendeiro: eu vim aqui fazer negócio com a senhora...

eu falei: negócio do quê?...é ...

Fazendeiro: Vim comprar suas terras!..

eu dei uma risadinha...(risos)...eu falei: eu vender minhas terra? Paga bem?

Fazendeiro: Do Alexandre ali eu paguei trinta...

Nossa! é muito dinheiro isso?

Fazendeiro: é um bom dinheiro...

eu falei: eu já digo logo pro senhor que eu não interesso vender minhas terra. Isso foi em 88, 89 por aí...

Fazendeiro: É mais agora a senhora tá trabaiano lá na cidade.

Ele já sabia que eu trabaia na cidade, contaram pra ele...

Fazendeiro: e a senhora pode vender aqui e compra lá na cidade

Ihhh... o senhor mora na cidade, mas não sabe o preço das terras lá, daí compra a terra e a casa, como é que faz? O dinheiro que eu vendo aqui, não dá pra comprar lá!

Fazendeiro: Mas, a senhora pensa aí pra ver. Quem sabe a senhora resolve vender.

Eu pensar, pensando em não vender, pode ir comprar de outro, minhas terra aqui não vendo...daí ele foi embora. (Delfina de Matos Andrade-João Surá).

Muitos cederam a esse assédio, vendendo integralmente seus terrenos e indo morar na cidade, por vários fatores: o conhecido êxodo rural, em momentos de crise econômica, pela falta de investimento público na agricultura familiar que atinge grande parte das comunidades agrícolas do interior do país e, principalmente, pelo contexto histórico do Estado do Paraná. O que acarretou e ainda acarreta, efetivamente, a migração de famílias inteiras, ou parte delas, como os jovens que saem para a cidade em busca de outra forma de sobrevivência ou as pessoas idosas que partem em busca de tratamento de saúde.

O que acabou com a plantação foi a firma...a turma parou de plantar, venderam as terras pra ir trabaia na firma de alumínio. Aí depois fechou, ficou uns 5 anos só e parou... aí tinha que voltar pra plantar, já tinham jogado a terra fora no lixo! Plantar aonde? Aí foram embora pra cidade. (Maria Aparecida Santos de Pontes - Córrego das Moças).

Nos Quilombos visitados, foi possível observar vários exemplos de constituição de famílias: extensas onde convivem o casal, filhos, avós e netos; famílias menores com pai, mãe e filhos e mães sozinhas. Sendo também comum, entre estas famílias, a convivência e apoio mútuo entre tios, primos, sobrinhos, etc. que residem na comunidade.

Percebe-se que muitas famílias são constituídas por mulheres que criam os filhos sozinhas, ou porque o marido faleceu ou porque foi trabalhar fora nas empresas e fábricas no entorno da comunidade. E são, em maioria, estas mulheres que se destacam pelo protagonismo e que as necessidades de sobrevivência da família as obrigaram tomar iniciativas e executar ações para além dos seus papéis pré-definidos. Tarefas que, culturalmente, foram identificadas como masculinas são assumidas por mulheres, como o sustento da família através do plantio da roça.

E vivi na roça trabalhando, criando os filhos...

Faz 12 anos que fiquei viúva. Antes meu marido trabalhava com a gente na roça, até ele se empregar na fábrica e a roça ficou pra mim e as crianças...

Foi aí que a mulherada fez os grupinhos e continuamos, gostamos assim! (Ivete Miguel dos Santos – Córrego das Moças).

Essas mulheres criaram uma forma de atuação coletiva nas roças. Elas se juntam para trabalhar no lote de uma, depois seguem para fazer o trabalho no lote da outra. Podemos chamar esta ação de um mutirão feminino, ou seja, feminino no sentido de ser composto, majoritariamente, por mulheres. Como podemos observar, estas reflexões bebem na fonte dos conhecimentos de Canevacci, para quem não é muito destacar que a “ajuda mútua é frequente entre as famílias nos quilombos sendo [...] “um elemento caracterizador da família desde suas origens.

Essa reciprocidade é condição da própria sobrevivência dos indivíduos o que é facilmente constatável nas chamadas sociedades primitivas” (CANEVACCI, 1981, p. 31). E, em vista disto, as mulheres quilombolas, reproduzindo esta forma de trabalho grupal, garantem o plantio, a colheita e inclusive, o manuseio do alimento, em momentos festivos ou dos mutirões, o sustento alimentar de suas famílias e da comunidade.

3.1.3 MENINAS

As mulheres adultas, que narraram um pouco de suas histórias de vida nessa pesquisa, quando crianças, também receberam uma formação que não se diferencia muito da formação recebida por outras meninas nas famílias urbanas. Às meninas quilombolas cabia o trabalho doméstico e a educação para a constituição de uma família. Assim, observa-se que assumiam a responsabilidade com os irmãos mais novos, enquanto pai e mãe iam para a roça. Além disto, aprendiam a cozinhar e a cuidar dos pequenos animais. Verifica-se não ser prioridade, portanto, a formação escolar. Ainda, na direção de uma educação hegemônica, existiam aquelas que foram instrumentalizadas pelo pai ou mãe para exercerem outras funções, originariamente desempenhadas pelos homens como arar, plantar, e não só alimentar os animais, mas também prepará-los para o consumo. Vejamos os relatos:

Eu lembro do meu pai pra cá, toda vida ele morou na roça, ele minha mãe, criava porco. Nós puxava porco com o cargueiro, vendia, fazia a compra... de lá pra cá quem vinha no cargueiro era nós...as crianças...nós se criamos na roça, vou fazer 58 anos aqui, nunca mudei, só aqui, nascida e criada aqui.” (Ivete Miguel dos Santos - *Córrego das Moças*).

[...] sobre a roça eu lembro que quando era criança sempre ia pra roça, quando meu pai tava em casa, como minha mãe disse, ele ficou pouco tempo com a gente...nós ia pra roça com ele, eu e meus irmãos, colher arroz... eu lembro mais da colheita de arroz, as outras não lembro, era tempo de frio e a gente fica tudo duro de frio... mas, era bom! (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

Sim! Tudo nós nascido e criado aqui. É, desde pequena. Desde de 9 anos em diante. Desde criança eu aprendi a trabalhar na roça, nunca trabalhei de empregada e estou até agora trabalhando [...] (Maria Aparecida Pontes Andrade - *João Surá*).

Eu não era muito de ir para roça não... eu ficava mais em casa, fazendo as coisas de dentro de casa... daí a gente, ía as vezes, com a mãe e com o pai..é...algumas recordações da roça assim, era a roça de milho, de feijão, arroz. Quando o pai plantava bastante que precisava de nós ajudar a recolher da roça, daí a gente ia lá pra eu e a irmã né, a gente ia lá pra ajudar a recolher. (Glasiele de Matos Andrade – *João Surá*).

Meu pai tinha criação: cavalo, galinha, porco [...] só não tinha boi. Toda semana eu matava um porco pra ele. Eu matava! (Maria Aparecida Santos de Pontes - *Córrego das Moças*).

Apreendi com meus padrinhos. Eu tenho um monte de irmãos..., mas eu me criei em cantos alheios, não me criei com meus pais não. Me criei com meus tios e tias, irmão da minha mãe...daí eles que me ensinaram a trabaiá...daí depois que eu casei, o meu marido acabou de me ensinar (Maria Aparecida Pontes Andrade - *João Surá*).

Colhia o arroz de cachinho em cachinho, quando via que a mão da gente não aguentava mais os cachinhos e colocava lá...acho que tinha uma base de uns 08 anos...na época não tinha essas coisas, antigamente as crianças aguentava pegar no cabo da enxada e ir pra roça...antigamente era assim, agora que não: ai aiaiaiai ai...aguentam não...risos (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

Depois que o pai saiu de casa, aí tinha a menorzinha, daí as coisas ficaram difíceis pro nosso lado, daí a mãe tinha que sair para trabalhar né, pra ganhar a comida pra nós comer, eu ficava em casa cuidando da menorzinha, daí já não ia mais pra roça, ficava cuidando das crianças. 2 ia com ela pra roça e eu ficava com a menina de 1 ano e o pía tinha 05 anos, o dia todo, fazia comida, tudo [...] (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

3.1.4 ADOLESCENTES

A adolescência das entrevistadas também não foi muito diferente da infância, e nem da adolescência vivida pelas meninas do meio rural. Assumindo cada vez mais tarefas pesadas no plantio da roça e continuando a contribuir bastante na organização da casa, no cuidado com os irmãos menores, eram, desta forma, preparadas para assumirem suas próprias famílias. Tais fatores acabaram acarretando casamentos muito jovens. Algumas destas meninas quilombolas foram buscar trabalho ou estudo fora do Quilombo, sendo que algumas retornaram, se casaram e continuam morando na comunidade. Outras, continuam morando nas cidades, com as famílias que constituíram ou mesmo sozinhas.

Eu tinha uns 12,13 anos...Fui numa festa em Biporanga, ia com os pais da gente, aí outras meninas ajudava com os pais e mães e ficava tudo junto lá, daí na hora de vir embora, cada um entrava na sua canoa e vinha embora, a gente ia de canoa. Eu tinha medo! [...] às vezes ia em duas canoas, meu pai remando uma e meu irmão outra. Era uma baita canoa com uma boca deste tamanho!

Foi deixando a canoa de lado [...] daí o povo foi comprando carro, moto de primeiro andava de bicicleta. Mas, depois foram ficando mais faceiro e queria andar de moto.

[...] eu ando.na garupa eu ando..gostoso andar de moto na garupa. Mas, é perigoso né? (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Sim, fiquei um tempo ajudando a mãe. Aí quando eu completei 16 anos, eu fui pra Curitiba. Porque daí eu queria ter as minhas coisas. A mãe não podia comprar. Ela dava o básico né, mais um calçado, uma roupa, ela não podia comprar pra gente, bem que ela queria, coitada, mais não podia. Eu queria ter minhas coisinhas. Aí ela mandou que eu fosse pra cidade, com as pessoas de confiança. Daí eu fui. (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

A sogra tinha o mojolo e fazia a farinha [...]tinha uns que fazia...ela tinha um monte de moça e juntava tudo pra fazer a farinha [...] era mais velha que eu... eu me casei com a idade de 16 anos [...]

Conheceu Dona Joana?

Ela ficava junto com essas moça. Era dessa época... até casou junto... era 5 noivas...o padre vinha e aquelas moças que já tinha o trato para casar já casava[...] eu não fui feliz no meu casamento...antigamente era os pais que escolhia com quem a gente ia casar [...] .hoje em dia é a mulher que escolhe...A gente não tinha direito de escolher o pai escolhia [...] o bom foi que fiquei com meus filhos [...] (Delfina de Matos Andrade- *João Surá*).

Mas eu trabalhei em outra casa de família em Curitiba... Daí eu fiquei lá um pouco, fiquei lá, acho que foi uns 04 anos. Daí conheci meu marido, comecei a namorar [...] casei. (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*)

Tinha o preconceito: muito, era o cabelo, a cor da pele, o jeito de vestir, tudo! [...] Isso, era tudo, o jeito de andar, de falar: Ahh já vem o jacuzinho do mato ali, ó! E até hoje né, não mudou né, sempre tem né, aquela coisa do cabelo, o jeito de vestir. A gente tenta que copiar, sei lá, eu tô tentando mudar isso de dentro de mim! (Glasiere de Matos Andrade, *João Surá*).

A mãe e a Vó foram para cidade e voltaram. Mas, aqui é o lugarzinho dela! Eu também já fui pra cidade, fiquei lá trabalhando, bem poquinho. Mas, eu não gosto de lá não! A cidade me dá medo, a cidade me intimida! (Glasiere de Matos Andrade, *João Surá*).

Trabalhei em casa de família também. É bem difícil de ficar na cidade pra mim. Não, não gosto não! Igual a Vó, tô lá só pra passeio, depois volto pra casa porque aqui me sinto segura...risos (Glasiere de Matos Andrade, *João Surá*).

3.1.5 MARIDOS

A maioria das mulheres entrevistadas não vive mais com seus maridos, por motivo de separação ou viuvez. O que pode ser observado, ao longo de suas histórias de vida, além das suas obrigações diárias com a casa e com a roça, é que tiveram que

assumir também a parte que cabia ao marido. Executar trabalhos tanto para a provisão de recursos financeiros, como também para o cultivo dos alimentos na roça, bem como assumir as tarefas que exigem mais força corporal, como roçar o mato.

Ele separou de mim e casou com outra muié no cartório ficou com ela...depois ela separou dele também. Foi trocado assim. Ele largou eu com 5 filhos [...] e foi morar com ela... daí ela tocou ele de casa...eu não toquei ele de casa... ele que saiu...deixou eu em casa com as crianças, daí eu continuei aquele serviço, pra dá de comer pra crianças [...] daí as terras tava em medição, o engenheiro veio medir as terras e pediu os documentos: traz os documentos depois cê pega aqui, daí saiu... aí ficou pra mim...ele nunca pediu, ele ficou no terreno da mulé lá...depois ela vendeu pro fazendeiro lá... daí ele adoeceu e a Lúcia trouxe ele pra cá pra tratar (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

3.1.6 FILHOS

Na constituição das famílias quilombolas, é comum ver filhos seguindo o pai ou sozinhos, saírem em busca de sobrevivência fora do Quilombo. As filhas continuam exercendo o mesmo papel da mãe e das avós. Algumas que tiveram a necessidade de sair da comunidade para estudo ou trabalho fora, retornam, em algum momento, ou ficam na cidade e constituem suas famílias. Mas, existem as particularidades de algumas famílias que destacamos. Chama a atenção a família da Dona Delfina, pela perpetuação de uma forma de relação de trabalho passada de mãe para filhas.

Em uma situação desencadeada a partir do abandono do marido que a deixou com seus 5 filhos, em algum momento, teve que deixar as terras aos cuidados do genro e sua filha Lúcia e ir à Curitiba em busca de trabalho, ficando, por muitos anos, cuidando da casa de uma família de um médico em Curitiba. Após alguns anos, duas de suas filhas seguiram a mesma trajetória, trabalhando com esta mesma família. Inclusive, uma delas permanece até os dias de hoje, e não constituiu sua própria família. Em relação a isto, Fidelis e Bergamasco apontam que, em relação

aos jovens em idade produtiva, estes têm saído com mais frequência das comunidades, estratificando em três as gerações nas famílias nos quilombos. Pais com idade média de 20 a 40 anos, filhos menores

entre 5 a 15 anos, portanto em idade escolar e idosos com idades que vão de 60 aos 90 anos. A motivação para este êxodo dos jovens se faz em face da perspectiva de uma vida distanciada da rotina rural. Muitos dos jovens não veem na prática da agricultura um futuro para si e, ao concluírem o ensino médio ou para concluí-lo, partem rumo aos centros urbanos mais próximos que lhes ofereçam “melhores” perspectivas (FIDELIS E BERGAMASCO, 2015, p. 71).

Prosseguindo com as narrativas, as mulheres quilombolas ressaltam as próprias experiências:

Duas filhas...Nasceram lá! Nasceram em Curitiba de parto cesariana. Mas, se criaram aqui. E estamos até agora, acabemo de criar eles aqui [...] (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

A Cida saiu com 16 anos [...] a Nicinha saiu com 13 anos, a mais nova de tudo, uma muié veio buscar para ser babá dos filhos com 13 anos ela foi e tá com 40 anos e tá lá agora ela tá no outro serviço e a Cida está na mesma casa que ela foi, não saiu quase que com 5 anos de babá com a mesma patroa que eu trabalhei, ela trabalhou, a Cida, a Nicinha e eu, só que a Nicinha trabalhou pra filha e tinha uma menina, precisava de uma babá e veio buscar a Nicinha, aí ela ficou lá em Curitiba.

Não ela tem a casa dela[...].

E a Cida mora na casa do patrão mesmo, que é esse médico. Que por tempo de serviço, já era pra tá aposentando também. Agora com essa enrolação desse novo presidente né? Tem esperar um pouco[...]

Ninguém é casada. Casada é só a Lúcia, e os rapaz casaram. Eles tem a família, deles. Mas, a Nicinha e a Cida não quiseram casar ainda...

Os meninos trabalharam assim um serviço e num outro, daí aprenderam a profissão né? O Juvêncio é Soldador e o Geremias é montador de peça. Trabalha assim e as meninas também, a Nicinha agora tá trabalhando num hotel e a Cida trabalha na casa do médico. Eles foram trabalhar e ainda continuam a profissão deles, não quiseram voltar para roça não.

Mas, estão animados, quando eles aposentarem que ele vem aqui pra roça.

Falam que vem plantar [...] planta, colhe e volta pra lá risos [...] (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Tenho 5 netos - 3 da Lúcia e dois do Geremias ; ainda 4 bisnetos - os 3 da Grasi e 1 da Édila. Essa filha do Geremias, a Ariane, eu criei ela até 18 anos (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Os Filhos nasceram tudo com parteira. E parteira era a mãe da Cida, Dona Nega!

Foi ela quem ajudou a dar à luz a toda meninada do Córrego das Moças (Cândida de Matos Miguel- *Córrego das Moças*).

3.1.7 ESTUDOS

O acesso à educação sempre foi um obstáculo que demarca a história das mulheres na área rural. Seja pelo distanciamento das suas moradias do local onde existiam as escolas ou pela falta de investimento das políticas públicas, nas comunidades rurais, especialmente as quilombolas ou, e principalmente, pela forma em que a cultura patriarcal impôs os papéis definidos socialmente, pelos quais as mulheres não necessitavam acessar e obter formação educacional, já que as mesmas seriam educadas para o espaço doméstico.

A localização e as condições estruturais de acesso à escola (autorização da família, falta de estrada, distância da escola mais próxima, falta de transporte para o deslocamento) não possibilitaram que a maioria das meninas quilombolas, por exemplo, na faixa etária das mulheres entrevistadas, entre 30 a 90 anos, conseguissem ter acesso à educação formal.

Não estudei nada, não tinha tempo de ir pra escola... meu professor foi a enxada (Maria Aparecida Pontes Andrade - *João Surá*).

Eu estudei fiz até o terceiro ano aqui na escola, terceira série né [...] agora fala terceiro ano. Mas, é terceira série, daí não pude ir mais... daí para fazer a quarta séria eu fiz uma prova e passei. Daí ficou, daí pronto, as crianças estudaram tudo na Colônia... pra fazer o ensino médio tinha que ir para Colônia. Até as minhas meninas fizeram o ensino médio lá na Colônia [...] (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

[...] depois que fez aquela escola no João Surá, a escola Diogo Ramos, foi que eu terminei o ensino médio lá...comecei em 2009 e terminei em 2014. Mas, só daí começou entrar nesses trem de faculdade, pra mim estudar, eu não quis não[...]

Pergunta: Por que?

Ahh é difícil, tem coisa que não entra na memória né? Tem coisa que a gente esquece, sei lá [...] (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*)

Nada! Estudo a gente nem teve(risos) estudos a gente nem pensava. O pai e a mãe criava para casar. Pra começar nem estrada no meu tempo de criança tinha, nosso transporte era canoa ou o cavalo. A gente ia daqui lá no porto novo para pegar o ônibus de cavalo ou de a pé.

Até Porto Novo e Adrianópolis.

Alguma mulé saiu para estudar...não...chegou a estrada pra nós em 69...depois que eu já tinha tudo meus filhos[...] Essa data eu nunca esqueço...e nessa época estava fazendo a estrada, estava no alto da serra[...] (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

O Quilombo *Córrego das Moças* não possui escola dentro do seu território. Os estudantes se deslocam, por meio do transporte escolar, até a sede do município. Hoje, o Quilombo *João Surá* possui uma escola municipal e uma estadual dentro do seu espaço, além de receber, em suas dependências, alguns professores da UFPR, que ministram aulas do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências da Natureza, desde 2015.

A escola organizada dentro do Quilombo possibilitou o acesso e contribuiu, de alguma forma, para a permanência do aluno nos bancos escolares, por mais tempo. Há a tendência à reformulação do projeto pedagógico escolar no sentido de que se permita, à medida em que os alunos se formem, que se tornem professores da própria escola. É o caso da Glasielle de Matos Andrade, nascida no Quilombo e alfabetizada pelo próprio pai que também era professor e se aposentou recentemente.

A escola ainda trabalha no sentido de haja interação entre os saberes epistemológicos com o conhecimento organizado, oriundo da própria comunidade. Entretanto, a Instituição, ainda, não contempla um projeto pedagógico quilombola, com as especificidades históricas desta comunidade, considerando sua etnia e diáspora.

Daí eu terminei o primário aqui, daí a escola era lá em Porto Novo, 30 km né...daí não tinha carro, não tinha ônibus, não tinha nada pra buscar os alunos... daí o pessoal daqui começaram a estudar e eu ficava pedindo pro pai e para mãe que eu queria ir também né...estudar também... daí o pai com a mãe ficava dizendo: não porque você é menina...daí ficar andando ...porque daí tinha que andar 6 km até o ponto de ônibus, andar a pé...e se chovesse tinha d que andar mais 10, 12 km de a pé pra chegar em casa...daí o pai também não queria mandar...daí...um ano eles concordaram e mandaram eu pra escola também.. daí eu fiquei... estudei o fundamental inteiro ali no Nestor Pimenta... andava a pé...quando chovia, andava mais de a pé ainda... depois a Edna terminou o ali o primário e fomos juntas, as duas.

Aí nos vinha, e tinha dia que nós tinha que atravessar o riozinho ali..., o rio que nós tomamos banho ali...com água assim pelo pescoço, porque enchia o rio, chovia... mas, tinha que vir, colocava o material aqui na cabeça e segurava uma no braço da outra pra atravessar...e nós tinha que atravessar... (Glasielle Matos de Andrade, *João Surá*).

3.1.8 SABERES & SAÚDE

Às mulheres também cabe o papel dos cuidados com a saúde da família, como no modelo normativo e europeu, e este papel se repete dentro da comunidade quilombola: “fui mordida por uma cobra cascavel quando mais nova! Tomei um remedinho do mato que falaram que era muito bom. Não tomei vacina nada, nada. Foi só isso aí!” (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega” - Córrego das Moças). Nesta direção, à medida em que as mulheres vão ficando idosas e se tornam avós, assumem o papel de guardiãs dos saberes sobre os medicamentos naturais e a administração destes para a família.

Notadamente os quilombolas mais idosos – sexagenários, septuagenários e mesmo octogenários – detém consigo um conhecimento extraordinário relativo às ervas medicinais locais, extraídas das matas ou cultivadas nos quintais e também sobre as sementes mais antigas e suas diversas espécies (FIDELIS E BERGAMASCO, 2015, p. 65).

Uma das entrevistadas, moradora do Quilombo *João Surá*, Maria Aparecida Pontes Andrade, foi apontada pela vizinha e prima, Glasielle, como a guardiã de saberes sobre as plantas medicinais, sendo, inclusive, referência na comunidade para tratar as gripes, dores etc, de toda a vizinhança e, principalmente, das crianças.

Não tomo remédio aqui, mas, não. Médico aqui é muito difícil [...] Faço chá de vários remédios: canela de véio, chá do capim cidreira. Eu sou hipertensa né. Eu cozinho ele, faço assim simples pra tomar, não carece adoçar, toma uma vez de manhã cedo e à tarde. Eu tomo e me sinto mais calma. Quando tem gripe daí a gente cozinha assim, uma folha de laranja, hortelã, pimenta. Pra gente fazer um remédio para fazer um banho a gente tem que guardar dieta, né? Fazer banho de remédio e sair na chuva, na friagem não dá! (Maria Aparecida Pontes Andrade, *João Surá*).

Quando foram questionadas sobre a situação de sua saúde, algumas das mulheres entrevistadas responderam:

Sim eu tenho saúde, agora eu só tenho problema de vista. Ai começou a embaçar a vista.” Criar bastante família eu criei. Criei 13 famílias. Meu filho mais velho tem 58 anos[...]Só como as coisa da roça! (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega” - *Córrego das Moças*).

Minha saúde é mais ou menos, eu tomo remédio para pressão direto [...]tenho pressão alta e toda a minha família. Aqui é bem pouco que não toma remédio de pressão. [...] ficava com dor nas pernas, agora melhorou um pouco eu faço caminhada também. Gripe faz tempo, tomei vacina no mês de maio, ai peguei gripe só uma vez depois da vacina.[...]nós achamos assim, porque nos de idade, costume dizer que a gente cresceu comendo e comia aquela comida pura, porque antigamente, o feijão tudo colhido da nossa roça, o arroz, o milho não comia quase nada do mercado, era da nossa roça e na terra usava nada, era só a vitamina da terra (Delfina de Matos Andrade, *João Surá*)

A saúde vem daí, gente não comia tanta coisa do mercado, agora minha fia, a gente come tanta coisa, do mercado. Eu compro de tudo, agora eu parei de trabalhar, compro porquinho, galinha, agora vou criar de novo, galinha, porco não tenho mais coragem, dá trabalho e eu sozinha, tô fraca já, esse ano já vou fazer 80 anos (Delfina de Matos Andrade, *João Surá*).

3.1.8.1 Saberes e práticas agrícolas

Integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL E COSTABEBER, 2006).

A senhora Salustiana - Dona Nega - umas das matriarcas do Quilombo *Córrego das Moças*, fala do tempo do uso da semente e ainda conta que, até hoje, aos 88 anos, quando pode, usa o pilão para socar o arroz. Fala, ainda, que só não vai mais pra roça por causa do problema de catarata e porque tem muito medo de cobras. Mas, explica que recebeu orientações da médica que socar o pilão deixa seus braços e “nervos” mais fortes:

A banana né! As plantas também que produzimos aqui é daqui, nós não compramos banana fora, tudo daqui[...]E produzem né! E do jeito que os pais da gente ensinou a gente a plantar, a gente planta, um dia desses veio um rapaz tentando ensinar a gente a plantar banana. Hanran, ensinar! Um japonês! Só que ele tava querendo ensinar coisa a nós nunca que fizemos aqui é: plantar com veneno! Num é Edilei? Ele tava no curso né! (risos) Na hora que ensinou nós plantar, fizemos aquelas covonas e ponhava esterco, e ponhava. O que mais Edilei? [...]

Só que a banana secou tudo! Não foi pra frente!...(risos). E chamava nós mais veio de burro ainda. Mas, não voltou mais! (Maria Aparecida dos Santos Pontes- Córrego das Moças).

Quando a gente chegava - tirava o arroz dali - colocava no saco no cesto, descascava bem descascadinho, bem torradinho[...]pegava e guardava no saco assim e pendurar o saco no alto e depois quando chegava na hora de plantar, separava e plantava[...] depois, semente de novo! (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega - Córrego das Moças).

[...]Ó meu deus do céu, nem me lembro mais, faz tanto tempo que eu nem me lembro mais!” A fia (Cida) usava a mesma semente[...]sim essa é a vida da gente!” [...]pegava e fazia tudo isso meu deus do céu, organizava tudo, não tinha máquina, depois não tinha máquina para limpar o arroz, pegava e socada no pilão ainda tem o pilão lá em cima tá lá (Salustiana de Oliveira Santos - *Dona Nega - Córrego das Moças*).

A gente separa a semente, num lugar assim arejado, como se diz, assim, num lugar que não caruncha pra não carunchá, porque o feijão dá muito caruncho, a gente deixa separado da planta e do consumo da gente (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

Não tem diferença da que vai plantar para que vai comer, é tudo igual. Mas, só que ele caruncha né? Agora tem esses litro descartáveis de refrigerante, agora coloca dentro. Antes, colocava no saco mesmo, agora que apareceu esses litros descartável, a gente coloca neles (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

Coloca óleo no feijão, o óleo para conservar [...]Óleo de comer mesmo, gordura de porco e colocava dentro de uma vasilha grande e colocava no sol e guardava no saco. Só que eu não sei se nascia bem ou não esse feijão[...]não sei como é que era (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

As sementes eu coloco no litro. [...]Nasce, só que não pode deixar ano, tem que ser uns 6 meses, dentro do litro, se for deixar mais, daí ele não nasce[...]O arroz também. As sementes de abóbora, pepino a gente deixa num outro potinho também, numa vasilha. Seca, coloca num potinho. Só que não pode deixar muito também. [...]De 6 meses, daí se passar, ele não nasce (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

Plantavam milho, feijão, arroz. Quando era mato, capoeira alto, roçava bem roçado. Naquele tempo tinha costume de queimar, queimava aquele taião de roça, uma quarta, uma medida de quarta, alqueire que eles falam, um quadrado e a quantia que eles aguentava plantar, fazia aquele quadro grande, daí roçava, deixava secar um pouco, ponhava fogo, queimava tirava um pouco da lenha. Porque antigamente tinha muita capoeira grossa, dava muita lenha, aí eles tiravam um pouco da lenha e montava na beira da roça e plantava em cima da cinza, daí plantava ali o que queria plantar, o milho, se fosse plantar o arroz, plantava arroz e plantava diversas plantas, batata doce, coisarada que a

gente sempre tinha pra comer. Era fartura. Todo mundo plantava, todo mundo tinha o seu pedacinho pra colher (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Pra virar semente, aprendi assim: deixar madurar na roça, daí a gente tira a semente e joga aquela “carne” do pepino para galinha comer, e deixa lá. O que a galinha não come derrete na terra. Eu sempre uso pôr no quintal, daí aquela mesma casca do pepino ajuda adubar a terra. Espalha ela ou tira um pouco daquela terra pra plantar outra planta (Delfina de Matos Andrade- *João Surá*).

Eu faço um buraco na terra e vou jogando ali, vai virar compostagem (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

O arroz a gente colhe um quadro de roça de arroz, bate ele, deixa ele bem purinho, ensaca ele e deixa ele guardado lá. Daí na hora de plantar só a gente pega limpa ele mais bem limpo e vai plantar...antigamente a gente colhia o arroz tudo de cachinho. Fazia aquele punhadão, aquela pilha de arroz, tudo de cachinho, com a mão e cortava com faca, assim...agora mudou, agora corta o pé inteiro.. Mudou porque rende mais. Porque a pessoa que é boa mesmo para cortar arroz, corta muito, vai no capão de arroz, já tem um negócio arpadado assim só pra cortar o arroz. Antes aproveitava tudo, agora desperdiça um pouco, quando o arroz cai ele tem a mania de nascer, daí ele cresce muito e tomba, não aguenta o peso do cacho, porque o arroz bom mesmo dá cacho graúdo e não é só um. A gente planta assim de punhadinho, conta de dez a doze sementes tá plantando, daí ele faz aquela tocerona assim, porque tem um dizer que fala que ele “perfia”, no dizer dos mais veios, ele perfia, daí ele tá plantado lá e aquelas brotas que saí tudo dá cacho... cada sementinha daquela dá uma tocerona (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

A gente cortava o mato e queimava e o que sobrava era usado. Usava as folhas que sobravam do pasto e deixava na lavoura – daí colhia e estocava um semestre e plantava de novo, e a lavoura vinha muito bonita, durante anos. Sempre vinha muito bonita dava bem e o excedente dava para a criação[...]Era muito difícil dar alguma coisa(praga), dava alguma coisinha, mas era muito difícil[...]pro pulgão, a minha avó usava pimenta do reino, sabão. [...]Antigamente plantava e dava sem problemas. As pragas que hoje têm nos tomates, vem de supermercados que a gente ouve falar. Aqui nunca deu isso! (Salustiana de Oliveira Santos - *Dona Nega - Córrego das Moças*).

Antes a gente tinha muita terra, tinha um terrenão, daí a gente mudava de terra, de 2 a até 3 anos fazia roça de milho, tratava de porco até 3 anos ficava usando aquela mesma terra. Daí quando ele via que a terra estava fraca ele mudava num outro capoeirão, ele mesmo saía roçando, ia com foice, roçando, derrubando, até me arrepio[...] aí deixava a terra de guelra, guelrada, descansando, aí enchia de mato de novo. Ia passar 2, 3 anos quando fosse plantar ela estava forte (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

[...] Nossa! Quando vai plantar a gente vê né, que aquela semente não tá bom, daí a gente nem planta. Porque dá pra conhecer.

A boa ela está bem bonitinha assim a ruim fica com uma cor deferente[...]a gente pega e ela tá meio ruim, meio murcha assim[...]E as vezes a gente faz o teste também. O teste é assim: a gente pega um poquinho ponha na terra, se ele nascer bem, daí a gente planta. E se for lá e ele nem nascer, aí nem adianta plantar! [...]Faz lá na roça, pode fazer no quintal [...] se não nasce, daí a gente arruma com outro, ou pega ou troca com os vizinhos (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

Quase tudo é daqui. Às vezes a gente vai lá na cidade e aproveita e no mercado, uma verdura que tiver bonita[...]laranja mesmo, agora não é época ainda, as vezes a gente compra laranja...a época de laranja é mês de março em diante. As verduras também a gente começa a plantar, que nem o alface, dois meses é hora de usar... daí quando a gente tem essas verduras, alface, repolho, daí não precisa de comprar (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

A cana planta ela e deixa lá, la não precisa limpar muito, umas duas carpidas aí ela saí, porque daí ela encontra tudo[...]após o plantio é de 8 (meses) a e 1 anos pra gente gastar ela, corta aquela cana que tá boa, vem a outra e brota, vai cortando e ela vai brotando, traz tudo pra cá, daí antes nós usava o engenho que era puxado com o cavalo... daí tava muito difícil, daí foi comprado uma máquina de moer, daí moe a cana aí e põe no fogo e vai transformando em melado. Eu gosto de tomar café com açúcar mascavo, faço um balde de uns 10 kilos, daí damos pra meninas também que as crianças gostam né? (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

Porque é assim... a rapadura a gente precisa empalhar ela na palha e pô dentro do fogo pra conservar. Em cima do fogo, se a gente não coloca ela onde tem uma quenturinha, onde tem uma quenturinha, com a umidade ela fica tudo bolorado, aí já não é boa mais e a açúcar mascavo a gente pode por dentro do balde e fica deixar lá[...] O açúcar mascavo tem que ter um ponto alto e bem alto que fica bem alto e a rapadura um ponto mais ou menos pra rapadura não fica duro, daí na hora que vê que ela tá bem apurada...aí é a hora de fazer açúcar mascavo. Daí a rapadura tem que ser um ponto bem brandinho para ela não ficar rapadura duro e coloca na forma de madeira. E pra açúcar mascavo põe no cocho (que a gente fala) e vai batendo até que ele vira açúcar. É assim. Nós dois fazemos, vai pra uns cinco anos. Faz pra família e por encomenda. É trabalhoso, deus, ó livre! (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

Pra gente fazer o polvilho, a gente tira a massa e lava, lava ela bem lavada, daí aquela água assenta, daí que é o polvilho, a gente joga a água fora e coloca para secar. Numa vasilha grande e coloca no forno. Daí que ele seca daí que faz o polvilho. Daí é que faz a pressada [...]isso já vem, já é antigo já. As muié fazia, quem nem a minha sogra, a vó que tudo já morreram, a gente aprendeu com eis. Eis sempre faziam, falava goma. E eis numa fazia com nada de fora, só com as coisas daqui de dentro (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

O arroz é uma vez por ano, a gente planta em novembro e vai colher lá pra março ou abril. O feijão pode ser duas vezes por ano pode plantar em março, ou pode plantar em agosto. Mas, aí pode que nem nós atrasemos para plantar daí plantamos em setembro. Produz bem também.

O nosso feijão é o mulatinho só. É um feijão mais forte, mais escurinho, ele demora mais carunchar. Agora esse carioquinha, feijão carioca, feijão rosinha, mãezinha, esses é loco para carunchar. Nossa! (Maria Lúcia de Matos Andrade - *João Surá*).

[...] tem né, numa lua né, a melhor para plantar. A minguante né, o arroz também, tudo na minguante... aqui também o milho...tinha um senhor que a gente ia plantar na casa dele, era até o meu cunhado e ele dizia: Olhe minha filha, plante o milho na minguante e colha na minguante, porque é loco pra carunchar se você colherem qualquer lua. Então eu fiquei com aquilo na cabeça e segui e deu certo. Dá certo! Porque se você planta fora de lua, o milho caruncha e até a própria folha do milho, fura tudo, fica tudo furadinho. E pra minguante é bom que ele fica com a folha limpinha. [...] até a própria verdura também é plantada um pouco na minguante. [...] Não dá bicho porque planta a alface, por exemplo, o repolho não sei os outros, mas, pra nós é assim, se for plantar numa outra lua[...]gente de Deus , vem aquelas lesminhas, só sei que dá certo, não dá aquelas coisaradas (Maria Lúcia de Matos Andrade- *João Surá*).

Colhe o arroz. Põe num lugar mais sortido assim e “máia” ele com o pé, bem direitinho, vai tirando a paia com pé e vai põe ali. Agora tem a plantadeira, né? Que inventaram também, a máquina de plantar arroz, aí leva o saco de arroz, plantadeira. Antigamente ia por rumo, pegava aquele tantinho e “vap, vap, vap, era bonito de ver, agora ninguém faz isso não (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

[...] Tinha diferença que as mulheres não roçavam, as mulheres era só pra carpir[...] tem umas que roça ainda, tem umas mulé que mora lá pro lado de praia grande que são tentada pra roçar...elas vão até assim, em roçada. Tem uma prima minha que faz até mutirão assim, pra roçar, vai junto com os homens (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Plantamo arroz,plantamo feijão,plantamo cana,plantamo rama,plantamo milho, abóbora, batata, pepino, tudo que a gente necessita comer em casa, a gente planta de tudo! [...]A semente mais antiga que tenho aqui é o arroz e o feijão... (Maria Aparecida Pontes Andrade - *João Surá*).

Não me lembro de doença na lavoura, não tinha essas coisas e quando tinha uma praga em alguma planta, nós tirava a ponta do broto e quando ele brotava, vinha melhor...me ensinaram assim e assim a gente fazia. (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega” - *Córrego das Moças*).

Durante a entrevista com a senhora Maria Aparecida Pontes Andrade, seu marido acompanhava ativamente a conversa e, em alguns momentos, participou dando algumas respostas. Em relação às sementes, ele complementou:

Aqui varia, sabe, porque o arroz e o feijão fica no município, quando acaba a muda a gente vai buscar .. eu tenho ido lá buscar esse arroz de 90 dias, esse arroz goianinho[...]o arroz matão amarelo[...] Carpindo, colhendo também. De primeiro a gente colhia o arroz de faquinha assim, de cacho que a gente dizia. Agora a gente corta os pé e bate[...]Aproveita e é mais ligeiro. Porque assim de faquinha é muito entretido demais[...]risos[...]daí corta ele e põe pra secar, daí no outro dia a gente reúne tudo e põe lá numa lona lá e maia ele, daí já traz pra dentro já ensacado. É muito mais rápido[...]E o feijão é do mesmo modelo, coe e põe, quando tá o tempo bom, a gente arranca e deixa lá secar e quando tá de chuva, a gente põe no arame (Marido da Maria Aparecida Pontes Andrade - *João Surá*).

Tem uns 20 anos que não queima o mato, quando queimava ficava lá o resto, a paiada[...]nunca deu bicho, se limpar bem, produz bem! [...]Não deu bico porque ela não tem variedade né, quando tem praga broca a semente, né? E o tempo de plantar é na lua minguante. [...] (Maria Aparecida Pontes de Andrade - *João Surá*).

A minha mãe fazia a “pressada”. Ela trabalhava bastante com pressada... é com rapadura, polvilho de mandioca e ovo... antigamente era uma vasilhona bem grandona. Não tinha vasilha de alumínio. Fizeram uma gamela bem grande para ela, daí ela tirava a goma da mandioca, é o polvilho. Mas, nos fala goma. Daí ralava aquele monte de mandioca, lavava bem lavado; deixava acentar aquela água; aí ficava bem branco, daí jogava aquela água fora, ponhava no sol, aí ia secando; í quando tava bem seco; daí a gente fazia bastante rapadura né! Daí pegando um dois ou três de monte de rapadura, misturava no meio da goma, peneirava socava bem socando no pilão, naquela gamelona. Aí ela pegava aquele balaião de ovo e ia quebrando ovo ali dentro e apertava até ficar no ponto. bem batido pra não ficar cheiro de ovo, com a colher de ovo, daí ela batia, daí ia juntando aquela bolha...porque quando té no ponto de assar vai juntando aquelas bolhadinhas. Daí unta a forma de óleo ou banha de porco mesmo, nós untava com banha, panhava com aquelas colher, fazia umas três quatro forma e ponhava dentro daquelas fornalha lá. Faço desse jeito, quando tem, agora não tem mandioca, nem rapadura, o Francisco(genro) faz a açúcar mascavo[...]jessa eu lembro que aprendi com minha mãe, ela fazia bastante pra vender, nas festas [...] (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

[...] tem os festeiros que eram responsável pela festa. Agora quase não tem. Quando tem faz frango assado, porco e o pastel de farinha de milho que não pode faltar[...]lembra que fazia o pastel com uma tia que morava sozinha e ficava com ela de companhia e aprendi a fazer o pastel (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

3.1.8.2 Aposentadoria

Em relação ao assunto aposentadoria, a priori, devemos reiterar com Fidelis e Bergamasco que:

Os quilombolas idosos e idosos do meio rural, que até o final da década de 80 estavam sujeitos a não terem o benefício da aposentadoria, principalmente os agricultores não sindicalizados, agora vivem uma realidade que seus pais não alcançaram de forma tão expressiva. Estes quilombolas estavam relegados ao suplício da não aposentadoria remunerada, esquecidos dos benefícios que desfrutavam os trabalhadores urbanos conferidos pelo sistema previdenciário. A concessão da aposentadoria a estes agricultores promoveu o aumento do número de idosos e idosos nas comunidades rurais com aposentadoria o que mudou a forma como eram vistos os quilombolas mais velhos por outras gerações (FIDELIS E BERGAMASCO, 2015, p. 64).

Assentimos com os apontamentos supracitados e reiteramos com as narrativas subsequentes:

[...] eu fiquei lá (Curitiba) até me aposentar, procurar meus direitos, aposentadoria de 55 anos. Daí vim embora e me aposentei. Daí morei lá em Rio Branco, cuidei da minha neta. Daí de lá de lá eu vim embora e daqui não saio mais pra lugar nenhum, só quando Deus quiser me levar...daí vou pro lugar que nunca mais volto...risos (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

É foi por tempo de roça mesmo, porque as terras aqui foi pela documentação das terras, pelo Incra, apresentei tudo os documentos da terra, fizeram os documentos mandaram tudo pra Brasília, daí dois meses veio o dinheiro no banco, foi bem facinho, aposentei a Lúcia também, com os documentos da terra também, Que vê? Eu aposentei 4 pessoas pelos documentos da terra...trabalhar aqui mesmo direitinho aposenta pelo Funrural, antes era fácil, agora está mais difícil, os documentos que veio do INCRA tá guardado, daí fiz uma doação pros meus filhos, coloquei no nome deles. Quando eu morrer, meus filhos, o direito deles tá aqui também, tá tudo no papel! (Delfina de Matos Andrade - *João Surá*).

Até que graças a Deus não foi custoso, porque quando eu me aposentei, ele já estava com mais idade. Mas, ele não quis fazer os papelama dele antes... esperou eu completar a idade também e fumo tudo nós dois, de vereda, e fizemo já a papelama tudo direto. Daí quando foi marcada a entrevista. Daí fumo fizemo a entrevista e com 20 dias já recebo o primeiro pagamento, poquinho, mas, já recebi e daí fui recebendo todo mês (Maria Aparecida Pontes de Andrade- *João Surá*).

Nós criamos uma associação...o que nós conseguimos através dela foi esse projeto da venda direta pra escola (Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE). O problema nosso aqui é que nós não temos uma área nossa registrada em nome da associação, pra poder conseguir um projeto. Antes a associação era num barraco que fizemos na minha casa né... que queimou, só ficou a estufa (estufa de banana da associação de uso coletivo) porque o menino chegou e tirou o fio, porque ia passar fogo na estufa também. Tirou os fios pra não queimar...senão ia queimar até a estufa! (Maria Aparecida dos Santos Pontes- *Córrego das Moças*)

O adubo de antes era a cinza, porque queimava o que sobrava da rocinha que ficava feito adubo pra terra (Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega” - *Córrego das Moças*).

O título de comunidade quilombola a 2005 parece nas narrativas das mulheres entrevistadas como uma conquista que atribui um pertencimento a uma etnia, mesmo não sendo admitida de forma espontânea em relação à cor negra da pele. Apesar de se reconhecerem como diferentes em relação aos moradores do município de Adrianópolis.

Porque as pessoas riam! Quando chegava por exemplo, na cidade de Adrianópolis, as pessoas olhavam assim pra você e “ ihh aquela ali veio lá do fundo do coador, lá daquele fim de mundo...lá do João Surá, daquele lugarzão longe! (Glasiele de Matos Andrade - *João Surá*)

Tem a ver muito com o cabelo, a cor da pele, o jeito de vestir, tudo! ...o jeito de andar, de falar: “Ahh já vem o jacuzinho do mato ali ó. E até hoje né, não mudou né? sempre tem, aquela coisa do cabelo, o jeito de vestir. A gente tenta que copiar, sei lá! Eu tó tentando mudar isso de dentro de mim...(Glasiele de Matos Andrade - *João Surá*)

O que se destaca, dentre os aspectos positivos desta conquista, são as possibilidades de ter uma denominação e visibilidade enquanto comunidade legalmente reconhecida, e, a partir disto, as *benesses* que este reconhecimento pode trazer, como a participação em projetos e editais de políticas públicas. Percebe-se, por isto, um número significativo de comunidades e associações lideradas por mulheres e, sobretudo, pela manutenção de conhecimentos específicos, ritos e práticas que atribuem a tais comunidades e grupos sociais seus elementos identitários, tanto étnicos quanto sócio antropológicos. Atualmente, ambas as comunidades possuem lideranças representadas por mulheres, a saber, Córrego das Moças: Maria Aparecida dos Santos Pontes e em João Surá: Santana Fogaça de Cristo Ramos.

Informações sobre as mulheres quilombolas entrevistadas.

Nome	DN	Onde mora	Família	Tamanho do lote	O que planta	Ferramentas Utilizadas
Delfina de Matos	01/09/39	Quilombo João Surá	Viúva, filha, netos e bisnetos	10 alqueires divididos com as três famílias (3 casas)	Feijão, milho, arroz, café, mandioca, cana e frutas variadas. Cria porcos, galinha, pato e tem um cavalo. Planta por litro: 5 l feijão 7 l arroz e colhe mais ou menos uma saca	Motosserra, roçadeira, enxada e outras. Confirmar informações da colheita e ver qual feijão era seu. Entrevista feita e perdida
Salustiana de Oliveira Santos, “Dona Nega”	88 anos		Viúva, mãe de 10 filhos			
Maria Aparecida dos Santos Pontes Dona Cida	11/04/59 A 4ª filha de “Dona Nega”	Quilombo Córrego das Moças	Marido e filho e netos	1 alqueire individual	Mandioca, banana, batata doce, cana e horta. Cria galinhas e patos. Em comunidade planta horta e bananal, feijão e milho, por litros e colhe de 1 a 5 sacas. Troca com outras comunidades. Atua e fornece parte	Foice, enxadão, cavadeira, uma mula e carroça. Usa trator da prefeitura 10,00 a hora. Entrevista feita e perdida

					de sua produção para a OPA. Usa adubação: feijão Gandu, feijão de porco e mucunda.	
Maria Aparecida Pontes Andrade,	70 anos.	Quilomb o João Surá	Marido e 2 filhos, 2 netos e 3 bisnetos		Feijão, milho, arroz, mandioca, abóbora.	Foice, enxadão, cavadeira.
Ivete Miguel dos Santos	17/05/1961	Quilomb o Córrego das Moças	5 filhos e 1 filha 4 netas e 1 neto.		Banana, mandioca, feijão, arroz, milho e um açude de peixe.	
Cândida de Matos Miguel	11/04/1961	Quilomb o Córrego das Moças	6 filhos e viúva		Feijão, arroz, mandioca, batata doce, e é a cozinheira do grupo que trabalha na horta.	
Maria Lúcia de Matos Andrade	58 anos	Quilomb o João Surá	Marido e 2 filhas		Feijão, arroz, milho, mandioca, cana de açúcar, pepino, abóbora, café, cria galinhas e cuitiva uma	

					horta	
Glasielle de Matos Andrade	36 anos	Quilombo João Surá	Marido e 2 filhas e 1 filho		Planta abacaxi, banana.	

3.2 RESULTADOS AGRÍCOLAS OBTIDOS SOBRE A ANÁLISE DA QUALIDADE FÍSICA E FISIOLÓGICA DAS POPULAÇÕES (SEMENTES) OBSERVADAS

A visita aos Quilombos *João Surá* e *Córrego das Moças* ocorreu entre os dias 4 a 7 fevereiro de 2018. As mulheres moradoras destes Quilombos possuem, para o cultivo ano a ano, sementes que, entre outras, são guardadas por, pelo menos, 60 anos, passando por várias gerações, desde o armazenamento destas sementes, a forma de cultivo e de colheita. São diferentes tipos de espécies de feijão, arroz e alguns legumes como pepino, abóbora, batatas e algumas hortaliças. Mas, as sementes que encontramos no momento da visita e em maior quantidade foram as sementes de feijão e arroz. O armazenamento das sementes é organizado de forma individual, por cada família, e o cultivo das mesmas é no lote que é reservado, também, para cada família e realizado individualmente ou através de mutirão.

No Quilombo *Córrego das Moças* é comum as mulheres se reunirem para arar, plantar ou colher de forma coletiva, revezando a contribuição nos cultivos nos lotes vizinhos. Acompanhamos um dia de encontro para este mutirão e percebemos a alegria destas mulheres em compartilhar as tarefas. Os dados que apresentaremos, a seguir, são de sementes de arroz e feijão. Temos amostras de diferentes sementes (populações) com características como: peso e em alguns casos, quantidades diferentes.

3.2.1 HISTÓRICO DA ANÁLISE DAS SEMENTES QUILOMBOLAS

Dia 10 de agosto: Reunião com Professor José Walter que orientou quanto à análise das sementes (arroz e feijão) que havia trazido da minha visita-imersão nos Quilombos *João Surá* e *Córrego das Moças*. Organizando a forma de como se daria a análise: separando as sementes para contagem, peso e semeadura.

Dia 11 de agosto: Início da separação e contagem das sementes, colocando em recipientes (copinhos) plástico, a cada 100 sementes e com identificação de 01 a 09 repetições.

Obs: Algumas sementes não estavam em quantidade suficiente e foram separadas em menos repetições.

Dia 13 de Agosto: As sementes separadas foram levadas para o Laboratório de Sementes da Fazenda da UEM para contagem. Com apoio do Sr. Ivair, funcionário do laboratório, fizemos a pesagem de todas as sementes, conforme planilha anexa.

Dia 17 de agosto: As sementes foram separadas em quantidade de 400, 200 ou 100 sementes (dependendo da quantidade de cada tipo), para ser realizada a semeadura.

Dia 20 de Agosto: Foi realizada a semeadura das sementes em bandejas das seguintes formas:

Arroz – Eram 4 repetições (01 a 04) de 400 sementes cada- semeando em 4 linhas (100 sementes):

Nº 1- 400 sementes

Nº 2- 400 sementes

Nº 3- 400 sementes

Nº 4- 400 sementes

Feijão- Foram separados 10 tipos de sementes, sendo numeradas e semeadas da seguinte forma:

Nº 5- 400 sementes

Nº 6- 400 sementes

Nº 7- 400 sementes

Nº 8- 400 sementes

Nº 9- 200 sementes

Nº10- 200 sementes

Nº 11a- 400 sementes

Nº 11b- 400 sementes

Nº 12- 100 sementes

Nº 13- 200 sementes

Dia 01 de Setembro – Aguardamos 10 dias, pelo menos, desses, foram 3 dias de chuvas intensas para a germinação das sementes. Neste dia, 01/09, às 8:00 da manhã, realizamos a leitura do processo de germinação do feijão. A leitura do arroz foi finalizada no dia 03 de setembro.

Utilizamos essa metodologia nas seguintes populações que assim descrevemos: separamos as populações em amostras de 100 sementes, dependendo da quantidade coletada, de 4 a 8 repetições. Algumas das repetições foram submetidas aos testes de peso e umidade. E, no dia 20 de agosto, as amostras foram semeadas.

O Arroz – foram coletadas variadas populações de arroz, de acordo com a disponibilidade existente no momento da visita ao Quilombo. Foram armazenados e levados para o laboratório de análises de sementes da Universidade Estadual de Maringá, que fica na Fazenda Experimental da UEM em Iguatemi. Para o arroz foram 4(quatro) repetições de 400 sementes para a semeadura. Sendo 1A,1B,1C e 1D. O melhor resultado se apresentou para as amostras de sementes com maior peso. Algumas amostras que representam população tradicional, apresentam maior variabilidade no peso de 100 sementes. E automaticamente, uma porcentagem de germinação menor. Os percentuais germinativos do Arroz, o grau de dormência ou tempo de germinação são baixos em relação à outra em comum.

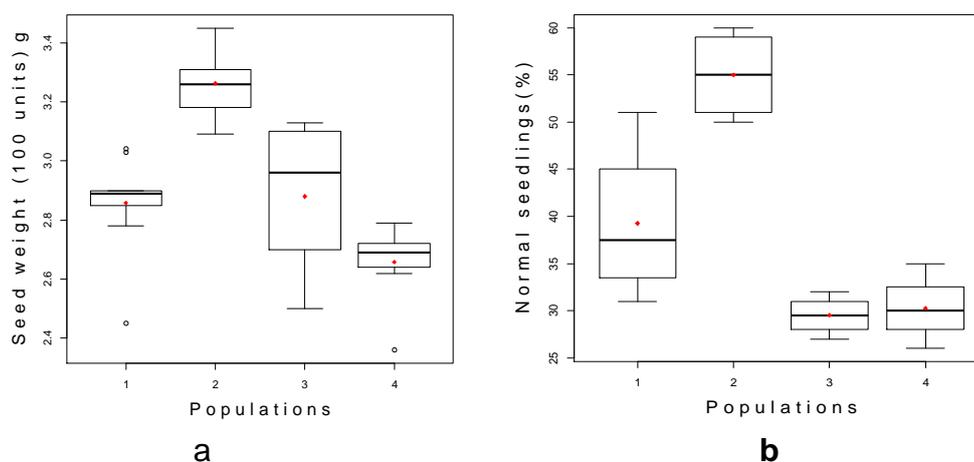


Figure 1: a) Box-and-whiskers plots indicating the weight of one hundred seeds (g) and b) percentage of normal seedlings emergence (%) by using washed river sand from four populations of traditional rice seeds.

Table 1. Pearson matrix of the weight of one hundred seeds, seed moisture, and components of emergence test for rice seedlings by using washed river sand in the glasshouse conditions.

	Seed weight	Seed moisture	Normal seedlings	Abnormal seedlings	Non-germinated seeds
Seed weight	1				
Moisture contents	0.90 *	1			
Normal seedlings	0.90 *	0.68 ^{NS}	1		
Abnormal seedlings	- 0.36 ^{NS}	-0.05 ^{NS}	0.56 ^{NS}	1	
Non-germinated seeds	- 0.92 *	-0.74 ^{NS}	- 0.99 ^{***}	0.45 ^{NS}	1

*Significant at $P \leq 0.10$, **Significant at $P \leq 0.05$, *** Significant at $P \leq 0.01$, and ^{NS}Non-significant correlations.

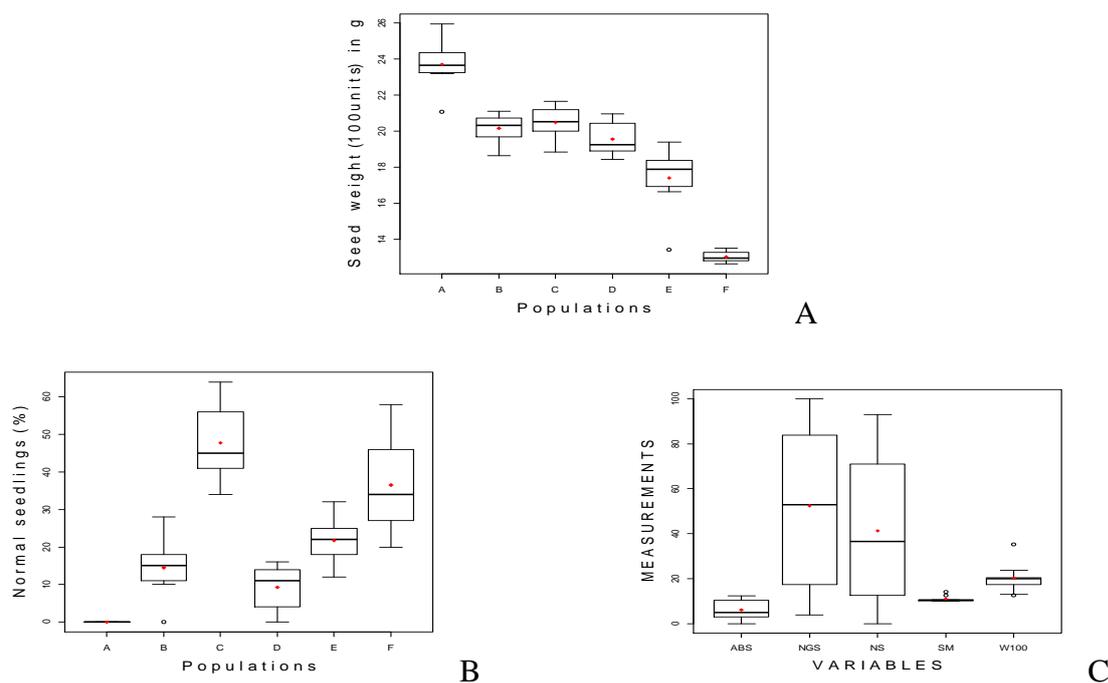


Figure 2. Box-and-whiskers plots from data of one hundred seed weight (a), components of the emergence test in percentage (b - normal seedlings (NS)), abnormal seedlings (ABS) and (c- non-germinated seeds (NGS), and seed moisture (SM)) by using washed river sand conditions of traditional common bean seeds.

Table 2. Pearson matrix of coefficients of correlation for seed weight of one hundred seeds, seed moisture, and the components of emergence test for common bean seedlings under washed river sand conditions.

	Seed weight	Seed moisture	Normal seedlings	Abnormal seedlings	Non-germinated seeds
Seed weight	1				
Seed moisture	0.06 ^{NS}	1			
Normal seedlings	0.09 ^{NS}	-0.28 ^{NS}	1		
Abnormal seedlings	-0.25 ^{NS}	0.17 ^{NS}	0.27 ^{NS}	1	
Non-germinated seeds	-0.06 ^{NS}	0.24 ^{NS}	-0.99 ^{**}	0.38 ^{NS}	1

*Significant at $P \leq 0.05$, **Significant at $P \leq 0.01$ and ^{NS} Non-Significant correlations.



Figure 3 – Characteristics of abnormal seedlings of traditional common beans during the emergence under washed river sand conditions.

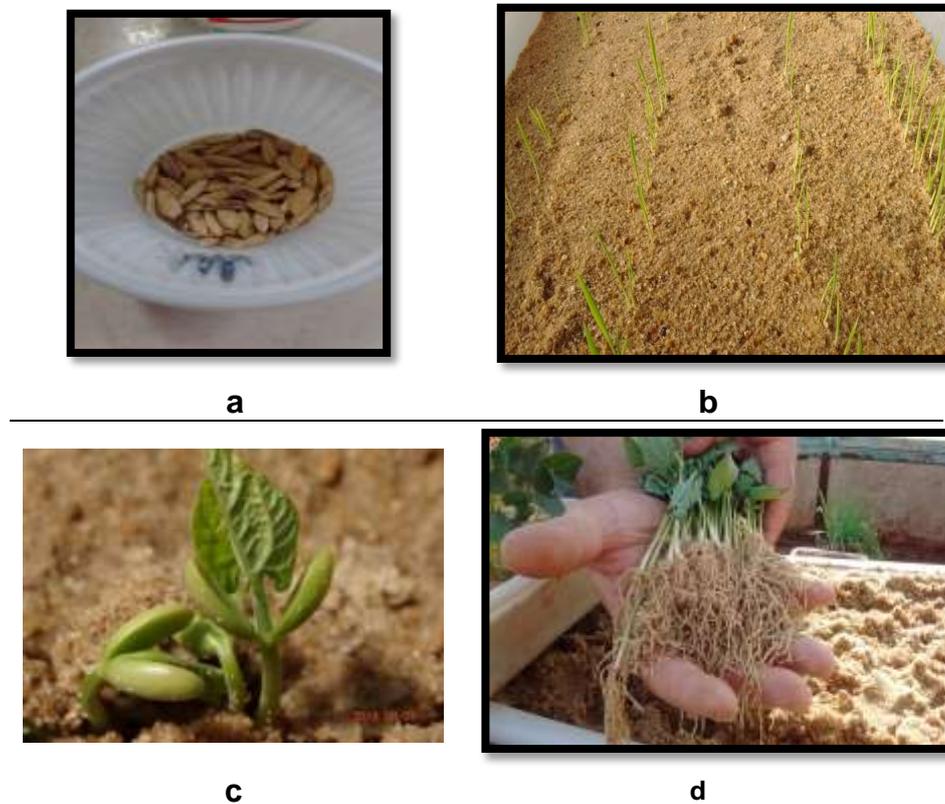


Figure 4 – Sample of caryopses and emerged seedlings of traditional rice seeds (Figures a and b); normal seedlings of common beans and the radicular system of these normal seedlings (Figure c and d)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou confirmar *in loco* o quanto as comunidades tradicionais contribuem e carregam, em sua existência, práticas que garantem um meio ambiente equilibrado e a preservação dos nossos recursos naturais, que vão ao encontro do conceito de agroecologia.

A agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”(CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 46).

As comunidades quilombolas, apesar de ainda estarem distantes do uso da tecnologia nas atividades agrícolas, sendo consideradas rudimentares em sua forma de atuar em relação à produção de alimentos, principalmente, após o advento da revolução verde, conseguiram, há pelo menos, dois séculos, sobreviverem no mesmo território, praticamente se alimentado da sua própria produção.

Enquanto isso, a indústria alimentícia impõe uma maneira de produzir e consumir alimentos de forma acelerada e a qualquer custo, com o uso abusivo dos agroquímico. Os dados estatísticos nos mostram que este modelo precisa ser freado, porque tal prática nos traz grandes desequilíbrios ao meio ambiente, com impactos gigantescos no clima, na saúde e na vida do ser humano e do planeta. E precisa ser superado de forma urgente e viável, antes que cheguemos a um colapso que não sustente mais a vida.

Vivemos uma crise estrutural que perpassa os aspectos ambientais, pela forma de exploração e depredação do meio ambiente, inserida pelo sistema capitalista, que causou outras anormalidades em relação aos comportamentos e valores éticos do ser humano. E que deseja alcançar, em relação à questão agrícola por exemplo, números recordes na produtividade e, conseqüentemente atingir lucros econômicos exorbitantes, que se acumulam numa parcela pequena da população. Tudo isto em detrimento de uma grande maioria de pessoas, que tentam sobreviver com o trabalho árduo empregado nestas grandes indústrias que manipulam e fabricam alimentos ou nas pequenas propriedades produzindo grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros na última década.

Principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País [...] O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção (GOVERNO DO BRASIL, 23/12/2017).

Quando analisamos as mulheres, nesse contexto, percebemos que, tanto nas comunidades rurais como nas comunidades urbanas, sempre coube a elas, mais especificamente nas comunidades rurais, o desempenho do papel de cuidados com o espaço doméstico e entorno da casa, cuidando dos animais e contribuindo para o cultivo de alimentos, na horta, na lavoura e também no beneficiamento dos mesmos. Papel, até então, considerado como secundário ou totalmente desvalorizado pela sociedade sexista, excludente e racista. Este papel tem ganhado contornos importantes, quando é analisado à luz dos princípios agroecológicos, pois as mulheres, em suas práticas e sua forma de se relacionar com a terra, cultivá-la e reproduzir seus saberes, desenvolvidos ao longo de séculos, se apresentam como uma das mais importantes tarefas nos dias atuais, podendo reverter e salvar a sociedade soterrada no consumo exacerbado e nocivo da alimentação “fast food”.

As práticas como apresentadas nas narrativas dessas mulheres são simples e tradicionais técnicas que, aliadas à forma respeitosa de conviver com a natureza, garantiram a sobrevivência de uma parcela significativa da população remanescente destas comunidades tradicionais, com destaque para os quilombolas, que foram o foco da nossa pesquisa.

Técnicas desde a preservação das sementes, técnica da Coivara¹³, a rotação de culturas, a prática da agrofloresta, as ferramentas e o preparo cuidadoso com a terra, o plantio respeitando os ciclos da lua, das chuvas, o descanso da terra, a adubação natural da terra, o manejo ambientalmente responsável das plantas e principalmente a não utilização de produtos agroquímicos no cultivos nos alimentos. É, neste contexto, onde a prática agroecológica é iniciada que estas mesmas mulheres são, muitas vezes, as protagonistas no processo de conversão do sistema convencional para o sistema agroecológico.

¹³ Coivara é o processo de preparação da terra, onde é realizado o plantio, adubando-a com as cinzas da queimada-(MOAB, 2014, pg.22)

Fica evidenciada a forma de organização do trabalho nessas comunidades e a contribuição das mulheres quilombolas, no contexto da agricultura familiar e na produção em bases ecológicas, dentro das comunidades tradicionais e a relação desta forma de trabalhar a terra com os seus saberes ancestrais.

Essas mulheres estão, há algum tempo, persistindo e reinventando a velha forma de fazer agricultura, se apoiando em princípios considerados agroecológicos que reúnem a relação: conhecimento, interação, com respeito ao meio ambiente, o planejar o cultivo de forma que atenda às necessidades do ser humano, da alimentação saudável e família, da comunidade, sem grandes preocupações com excedente e o acúmulo, à vivência social na comunidade de forma harmoniosa, de trocas coletivas e apoio mútuo e o aproveitamento dos recursos naturais com responsabilidade na preservação para o usufruto das próximas gerações.

Agroecologia: Novo espaço analítico que, mediante a orquestração de diferentes disciplinas científicas, consiga superar as contradições existentes [...] que rompa a estrutura de poder que aprisiona o sistema de ciência, impedindo de superar a crise ecológica (SEVILLA GUZMÁN, 2000 p. 157).

Concluimos que o papel das mulheres quilombolas, ao longo da história da sociedade brasileira, apesar da rejeição a que foi submetida sua existência, os prejuízos históricos acumulados, por várias gerações, por consequência do processo de escravização, da exploração de suas vidas no período colonial, dos efeitos devastadores na forma com que o restante da sociedade se relacionou, enxergou e reconheceu suas vidas, foi essencial. Estas mulheres, apesar de tudo, seguem trabalhando arduamente, rompendo barreiras do modelo patriarcal e do racismo impregnado no processo histórico de formação da sociedade brasileira, reproduzindo seus saberes e mantendo uma relação de respeito e reciprocidade com o meio que habitam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO (Org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

ALTIERI; M.A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável
Guaíba: Agropecuária, 2002.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA / Instituto de Pesquisa Econômica. Quilombolas -Tradições e Culturas da Resistência – 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: Métodos e técnicas de pesquisa. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1285158-6-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa.html> -. Acesso em 07 set de 2018.

BARROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**. 1995, n. 2., p 458-463. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034> - Acesso em: 03 mar. 2018.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da agricultura ecológica**: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade lembranças de velhos**. São Paulo: Editora TAO, 1979.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas-GPPCQ**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq> - Acesso em: 05 nov. 2018.

CAMARGO, G. L. V. **Paranismo**: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953). Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002. 48p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tcche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf> -. Acesso em: 03 mar. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004 24 pg. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>

CARNEIRO, Sueli: GÊNERO, RAÇA E ASCENÇÃO SOCIAL, Revista Geledés, 1995. Acesso em 23 de março, 2019. Cf. em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/G%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>

CODATO, Adriano Nervo; BODÊ, Pedro Rodolfo de Moraes; SOUZA, Marcilene Garcia. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0104-44781999000200001#END,> ACESSO EM 27 DE MARÇO DE 2019.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos. Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial

CRUZ, Cassius Marcelus; PEREIRA, Antônio Carlos de Andrade; KOMARCHESKI Rosilene. **População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos - Abordagem Sociológica** - v. 1 / Organizadores: Ana Zaiczuk Raggio, Regina Bergamaschi Bley, Silvia Cristina Trauczynski - Curitiba: SEJU, 2018, p. 221.

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente**: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/arte-cultura/paranismo-passado-presente-analise-discursiva-manifesto-paranista.htm#capitulo_6 -. Acesso em: 06 de abr. 2019.

DECRETO Nº 4.887 DE 20 NOVEMBRO DE 2003 – Trata da regularização fundiária das terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

DECRETO Nº 6261, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento a Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola. Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural

Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.

Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

DECRETO 6.040, 07 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

FAQs, etnografia e observação participante; Carlos Nogueira Fino - Universidade da Madeira Departamento de Ciências da Educação; Disponível em: <http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/806/1/Fino14.pdf>

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FREYRE, G. **Casa-Grande Senzala: a formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 50. Ed. 2004.

FIDELIS, L. M. et al. Interfaces da Agricultura Tradicional Quilombola com a Agroecologia: Análise da Agricultura em Comunidades Quilombolas do Município Paranaense de Adrianópolis. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, dez. 2009. ISSN 1980-9735. Pag. 177. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/7814/5598> - . Acesso em: 10 nov. 2018.

FIDELIS, L. M., BERGAMASSO, S. M. P. P. A família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos do vale da ribeira paranaense. **Divers@: Revista Eletrônica Interdisciplinar**.

GENNARI, E. **Em Busca da Liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GOMES, J. J., SILVA, G. S.; COSTA, A. B. (Orgs). **Extensão em foco**. Curitiba: UFPR/PROEC: 2008.

GORONDER, Jacob: **O Escravidão Colonial**, Ed. Expressão Popular, 2016. Da Página 363 e 364,367 e 368.)

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. *Ecological Studies, Analysis and Synthesis*, v.78, 1990.

IAPAR. **Enfoque sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR**. Londrina, 1997.152p. (Circular nº 97).

INDRIO, F. **Agricultura biológica**. Milano: Europa-América, 1980.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da Agricultura**. Botucatu: Ed. Agroecológica, 2001.

KHATOUNIAN, C. A. A sustentabilidade e o cultivo de hortaliças. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 15, p.199-205, 1997. Suplemento.

LAPASSADE, G. **La méthode ethnographique**: observation participante et ethnographie de l'école, 1992. Disponível em: <http://www.ai.univ-paris8.fr/corpus/lapassade/> -. Acesso em 10 nov. 2018.

HISTÓRIA OCULTA DOS QUILOMBOS DO SUL DO BRASIL. A NOVA DEMOCRACIA. ANO I, N. 10., JUNHO 2003. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://ANOVADEMOCRACIA.COM.BR/NO-10/1131-A-HISTORIA-OCULTA-DOS-QUILOMBOS-DO-SUL-DO-BRASIL> -. ACESSO EM: 28 MARÇO 2019.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: abril, 1978.

MARTIN, P. S. **Agricultura suicida**: um retrato do modelo brasileiro. São Paulo: Cone editora, 1985.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARECHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações Sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais) <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> - acesso em 30/08/18.

MOAB. **A Saga de um Povo**: Publicação do Movimento dos Ameaçados por barragens – Vale do Ribeira- EAACONE- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras. Vale do Ribeira: Edição Gráfica SOSET, 2014.

MOUGEOLLE, LÉA: “O CONCEITO DE “INTERSECCIONALIDADE””. **PORTAL DA SOCIOLOGIA**, 2015. ACESSO EM FEVEREIRO DE 2019. <HTTP://WWW.SOCIOLOGIA.COM.BR/O-CONCEITO-DE-INTERSECCIONALIDADE/>

MOURA, Clovis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOSCAL, J. S. **Tensão entre territórios**: o parque estadual das lauráceas e a população tradicional do entorno, 2014. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Pesquisa%20em%20UCs/Autorizacao_2016/12_pr_ojeto.pdf -. Acesso em: 10 nov. 2018.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PALMARES, Fundação, web site. Acesso em novembro/2018 e abril/ 2019 http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551.

PROENÇA, R. P. C. **Alimentação e globalização**: algumas reflexões. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400014&script=sci_arttext - Acesso em: 10 nov. 2018.

RELATÓRIO das Nações Unidas estima que a população mundial alcance os 9,6 mil milhões em 2050. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estimaque-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050> -Acesso em: 10 nov. 2018.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. N. 13 CURITIBA: NOV. 1999. **DOSSIÊ CIDADANIA E VIOLÊNCIA: INVISIBILIDADE, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA RACIAL EM CURITIBA** 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. MUNANGA, Kabengele. (Org.) **100 Anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil**. São Paulo: CEA-USP, 2002. 596 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B8JVCyw9taFsZF1xRXBYNHFDDeFU/edit?usp=sharing> Acesso em: 10 nov. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- Programa Brasil Quilombola. Brasília: SEPPIR, 2005. p. 5. Disponível em <http://www.mda.gov.br/aegre/arquivos/0788109471.pdf> - .Acessado em 23 de novembro de 2006.

TERRA E CIDADANIA MARCOS INSTITUCIONAIS E DOCUMENTOS (BONFIM, Antenor R. e MUNIZ, Francisco José F. ITCG 2008, p.13). Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania. Curitiba: ITCG, 2008. 3 v. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>, acesso em 08/04/2019.

VÍDEOS: QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ - 200 Anos - 2008 João Surá: Disponíveis em:

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=1gcX-khUkPU>;

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=Yv1qgpabiuU>;

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=pwU6thN9VxQ>>

Vídeo: Documentário Quilombola João Surá – 2011: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ki6IFX3yKwc>>

Vídeo: Ofícios - Clarinda, a farinha; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mtJnYKY5egU> - 04 de Setembro de 2016.

Vídeo: Dona Joana de Andrade Pereira - Quilombola de João Surá; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wuGEvSyzWTQ> – Acesso em 04 de Setembro de 2016.

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

CBA - Companhia Brasileira de Alumínio

GTCM- Grupo de Trabalho Clóvis Moura

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira

NEIAB - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Maringá

UNITRABALHO-Incubadora de Cooperativas da Economia Solidária da Universidade Estadual de Maringá

UEM- Universidade Estadual de Maringá

ANEXOS

Mulheres Quilombolas



SALUSTIANA DE OLIVEIRA SANTOS - CÓRREGO DAS MOÇAS



MARIA APARECIDA SANTOS DE PONTES - CÓRREGO DAS MOÇAS



DELFINA DE MATOS ANDRADE - JOÃO SURÁ



MARIA LÚCIA DE MATOS ANDRADE - JOÃO SURÁ



**GLASIELE DE MATOS ANDRADE – MÃE CECÍLIA MATOS DA ROSA –
FILHA - JOÃO SURÁ**



**STEFANI MATOS DA ROSA – NETA / DELFINA DE MATOS / AVÓ
JOÃO SURÁ**



**CLARINDA ANDRADE DE MATOS - JOANA ANDRADE PEREIRA (IN
MEMÓRIA) JOÃO SURÁ**



CÂNDIDA DE MATOS MIGUEL - ANGÉLICA GELINSKI - CÓRREGO DAS MOÇAS



MARIA APARECIDA PONTES ANDRADE - JOÃO SURÁ



PAULO ANDRADE FILHO – MARIDO JOÃO SURÁ

Guias e Pontes



Gedielson Ramos Santos - Córrego das Moças



Edson Pilatti - UEM



Hans - Agrônomo - OPA



Pelo caminho: Rio Ribeira, Matas, Pinos e invasão.

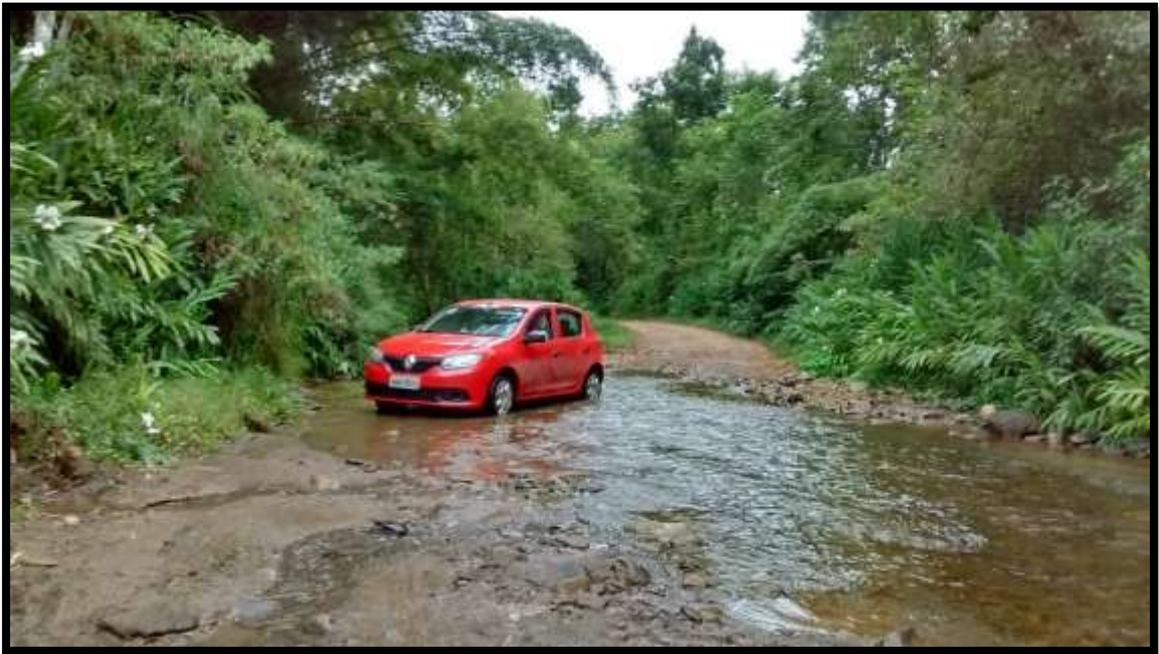








← Quilombo João Surá - 18 km 🐸
← C. E. Quilombola Diogo Ramos - 18 km 🐸
← Quilombo Praia do Peixe - 9 km
← Comunidade Mamonas - 2,5 km
Comunidade Tatupeva →



Quilombo Córrego das Moças















Quilombo João Surá











Colhendo para alimentar a pesquisa





**Sementes de Feijão e Arroz preparadas para análise em
laboratório**













